

019ª Sessão Ordinária – 20MAR2017

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Municipal de Porto Alegre – Aiamu, que tratará de assunto relativo ao Seminário do IPTU de Porto Alegre. O Sr. Joarez Tejada Franceschi, presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. JOAREZ TEJADA FRANCESCHI: Boa tarde. Inicialmente o nosso muito obrigado ao Ver. Valter Nagelstein, Presidente desta Casa, em nome do qual agradeço a todos os Vereadores, amigos e Conselheiros que sempre são partícipes das atividades da Aiamu. Sou o Presidente de uma associação para onde convergem os auditores da Receita Municipal, e somos responsáveis pelo controle e arrecadação de mais de R\$ 2 bilhões para Porto Alegre, e também pelas transferências dos impostos do Estado e impostos federais. Na verdade, estamos aqui hoje prestando contas à confiança que a comunidade sempre depositou na gente, nos nossos projetos, tanto no trabalho quanto nas obrigações acessórias do nosso cargo. Poderia falar hoje do acréscimo de arrecadação que conseguimos com o nosso desempenho nesse último ano, bem melhor que o Estado e a Receita Federal, alavancamos uma receita própria, estamos entre os Municípios que melhor trabalhou neste sentido, em mais de R\$ 139 milhões se fôssemos comparar o nosso trabalho com outras administrações tributárias. Mas não é esse o motivo da minha vinda aqui, ela tem um outro objetivo.

Ocorre que o nosso IPTU é um tanto defasado comparado a outras Capitais, e por quê? A base de cálculo de lançamento do IPTU é o valor venal de cada imóvel. Esse valor venal, a grosso modo, seria aquele valor que se atribuiria hoje numa transação de compra e venda desse imóvel. E ele é feito com toda uma sistemática. Ocorre que, para alterar o valor de uma imóvel, ele só pode ser feito com lei aprovada nesta Casa, e por iniciativa do

Executivo. Não cabe a nós aqui julgarmos por que o Executivo, nesses últimos 25 anos, não apresentou uma nova planta, ou não enfrentou esse problema. Agora parece que há essa motivação e essa iniciativa; a Aiamu propõe, há muito tempo, que se atualize a planta de valores. Para os senhores terem uma ideia, nós somos a última capital, ou seja, a planta mais antiga do Brasil. Curitiba, que sempre é uma referência, fez uma em 2005, e agora outra em 2015. A nossa foi feita lá em meados de 1991, 1992, há 25 anos. Ou seja, Porto Alegre cobra o IPTU com uma fotografia de 1992, ou seja, com a avaliação dos imóveis feitos naquela época, e ainda com algumas limitações. Então, naquela época, quais eram os bairros que tinham maior valoração? Provavelmente, Moinhos de Vento, a Duque de Caxias, Petrópolis, Bela Vista. Ao longo desses 25 anos – a Cidade é dinâmica –, a construção civil, mais fortemente nesses últimos 15 anos, transformou a cidade de Porto Alegre. Outras áreas tomaram outros valores, enquanto umas, como o Centro de Porto Alegre, deram uma certa caída comparativamente a outras. A nossa planta é do tempo que não existia a 3ª Perimetral; o Parque Germânia nem era pensado; o Shopping Barra Sul sequer estava em projeto. Então, a duplicação da Av. Juca Batista não se cogitava, ou seja, a comunidade, com seus recursos, investiu em diversas plantas e obras, e isso não refletiu dentro da cobrança do IPTU, porque não foram atualizados, porque precisaria uma nova lei e essa lei deve passar aqui pelo Legislativo. Ou seja, o que a Aiamu sente e procura resolver, longe de ser aumento de arrecadação, ou qualquer discussão de progressividade, ou outras situações ou isenções, não que a gente não ache importante isso, mas a importância principal, que nós defendemos, é resolver problemas de injustiça tributária, ou seja, hoje, em Porto Alegre, existe uma série de imóveis com o mesmo valor venal e que paga valores muito diferentes de IPTU. O que a gente precisa é corrigir essas distorções. E por que eu digo que a Aiamu vem aqui prestar justificativa aos senhores, que sempre confiaram na gente, que sempre votaram com critério, mas em processos de interesse da categoria? Porque nós entendemos que é uma obrigação nossa participar desse debate. Referente à crise financeira, estamos trabalhando e muito, porque entendemos que somos parte importante da solução dessa crise. Quando se fala em fazer uma nova planta de valores, isso é importante, e a Aiamu correu na frente, querendo fazer um trabalho de equalização, um trabalho que nós vamos apresentar à sociedade e, por isso, nós estamos nesta Casa, convidando os senhores que representam esta sociedade, mas não só os senhores, os seus assessores como o

público em geral, as pessoas que se interessam pelo tema, as pessoas que gostam de falar sobre IPTU. O que a gente vai buscar fazer? Tecnicamente, passar aos interessados um panorama do IPTU de Porto Alegre, um panorama sobre a importância de uma nova planta de valores, quais são as injustiças que estão instaladas na Cidade – muito mais para que se resolvam essas questões. Então, dia 28 deste mês, nós estaremos fazendo um seminário com dois tópicos importantes. A primeira parte será um panorama sobre as tecnologias usadas para se fazer uma nova planta de valores, como são avaliados os imóveis, como se adequa todo este processo. Nós somos 1,5 milhão de habitantes, temos 700 mil inscrições do IPTU; então, como se trabalha a valoração e a planta de valores – uma parte mais técnica. Depois, a gente vai apresentar também por que nós defendemos, com tanta veemência, que se faça uma nova planta de valores. Agora, queremos deixar bem claro que a discussão de alíquotas, de progressividade, essa discussão deve ser feita nesta Casa. A Prefeitura de Porto Alegre, o Executivo com o Legislativo e com a participação de todos que tiverem interesse nessa discussão que deve ser feita. Então, acho importante que os senhores, se não puderem comparecer, peçam aos seus assessores que compareçam, porque eu acho que será um trabalho bem importante para alimentar e municiar essa discussão.

Numa segunda parte, nós estamos trazendo um exemplo que entendemos ser bem-sucedido. Curitiba, como eu falei antes, fez, em 2015, uma nova planta de valores, e o que nos agradou muito nesse formato foi como Curitiba fez todo o debate, como passou pela Câmara e pela sociedade todo o debate da nova planta de valores. Por isso estamos convidando colegas de Curitiba, uma Procuradora e um Auditor Fiscal, assessor do Prefeito da época, para que venham e nos deem exemplos, que certamente vamos poder aproveitar, sobre o procedimento de Curitiba, a inserção, a discussão na sociedade, e, se não me falha a memória, esse projeto teve uma aceitação acima de 75% – o que é muito difícil que aconteça com IPTU.

É dentro dessa ideia que eu venho aqui convidar a todos, a inscrição é gratuita, a Aiamu entende que é obrigação nossa passar esse conhecimento, esse ferramental e esse subsídio para o debate. Então, dia 28, esperamos contar com as presenças e gostaria também que os senhores pudessem repassar o convite aos seus cadastros de eleitores – que certamente todos os senhores têm –, para que quem quiser se inscrever, o faça, porque há limitações, são 230 vagas, no máximo, mas ainda há vagas.

Agradeço a todos pela atenção e estou à disposição para alguma pergunta. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Agradeço muito, Joarez, e o convido para compor a Mesa. Quero agradecer a sua presença, Joarez, que é Presidente da Associação dos Agentes Fiscais da Receita Municipal de Porto Alegre – Aiamu, que nos traz um tema que, certamente, não é fácil, um tema bastante espinhoso para ser discutido, neste momento, na sociedade brasileira, o tema da atualização da planta de valores que, certamente, se redundar em aumento da carga tributária de impostos, vai gerar uma profunda discussão aqui nesta Casa, na medida em que eu acho que esse tema precisa ser modulado também frente à contraprestação do serviço público que o cidadão recebe. Nós temos verificado, cada um de nós, Vereadores e também os que tiveram oportunidade de ser secretários, que, na Fazenda – e isso é bom –, a Prefeitura é muito ciosa e muito eficiente, mas, às vezes, nas outras Secretarias nós não encontramos essa mesma eficiência. Eu mesmo tive a experiência de que, às vezes, o Município reconhece, para fins de tributação, mas não consegue dar o habite-se, por exemplo, e eu acho que esses são temas que tem que ser tratados conjuntamente quando essa discussão vier.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Obrigada, Ver. Valter. Quero cumprimentar, em nome da bancada de oposição, a presença do Dr. Joarez, cumprimentando o Aiamu em seu todo, porque vocês vêm nos fazer o convite para um seminário importante – evidentemente, nós vamos participar, no sentido de coletar essas informações. A Aiamu tem prestado uma tarefa extremamente republicana no nosso Município. Eu não me esqueço nunca do caso SIAT, que embora não trate da questão das alíquotas, trata da cobrança de um imposto necessário que foi inviabilizado ou, no mínimo, dificultado, a partir da aquisição de um *software* que atrapalhou os fiscais, atrapalhou os auditores, atrapalhando até hoje essa arrecadação. Porto Alegre perdeu cerca de R\$ 40 milhões à época, quando a Procempa tinha tecnologia e podia ter feito o *software*, e o Tribunal de Contas teve que intervir para que não houvesse mais R\$ 6 milhões à empresa Consult,

que desenvolveu o SIAT. Vocês foram os primeiros a nos trazer, aqui na Câmara de Vereadores, a preocupação com o *software*.

Em segundo lugar, um tema bastante importante: a questão da função social da propriedade. No Estatuto da Cidade, nós já temos a previsão da sobretaxação dos imóveis vazios em cinco anos e, em dez anos, a desapropriação. Já acontece em várias cidades; infelizmente, Porto Alegre está atrás. Nós temos um projeto nesse sentido, queremos colocar para debate, porque, obviamente, além do cumprimento da função social e da destinação de imóveis que são abandonados para projetos importantes, como a moradia social, também tem a ver com a questão do IPTU; embora, em relação ao aumento dos valores, nós sejamos bastante reticentes, porque já há uma cobrança bastante ampla. O que é necessário é a progressividade – inclusive, o Ver. Roberto Robaina tem um projeto nesse sentido –, porque nós precisamos sobretaxar aqueles que têm muito para garantir que a classe média, os trabalhadores, não sejam penalizados. Parabéns pelo trabalho, contem conosco!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver.^a Fernanda Melchionna. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. CASSIÁ CARPES: Quero falar em nome da nossa bancada. Presidente Tejada, nós, se Deus quiser, estaremos lá no dia 28, porque é um tema muito importante. O País atravessa um momento difícil para o cidadão brasileiro. O Governo tapou o seu buraco na arrecadação simplesmente aumentando impostos, e esse, ao que me parece, não é o caminho. Eu tenho certeza de que esse debate vai ser muito importante. A nossa Capital precisa dar um pulo de qualidade, mas nós vamos ter que debater muito no sentido técnico para que não haja injustiças, para que nós tenhamos um projeto que venha a esta Casa com uma bela discussão, com técnicos, com pareceres. Eu aqui tenho me debatido... Quando se vai mexer, por exemplo, no Plano Diretor, eu tenho muita resistência. Assim como tenho muita resistência em aumento de impostos. Na minha carreira como Deputado, Vereador, nunca votei favoravelmente a aumento de impostos. Isso dói muito na sociedade, principalmente neste momento em que ela está pagando

caro pela roubalheira, pela impunidade, por todos esses esquemas montados no País que prejudicam a nossa democracia.

Portanto, acredito e tenho certeza, por ser conhecedor da sua causa, da sua instituição, que teremos um bom debate para podermos, no mínimo, conscientizar, explicar e dar uma noção à sociedade de que esse imposto não será injusto para todos nós. Parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Sr. Presidente, Sr. Joarez, da Aiamu, que vem a esta Casa comunicar sobre o seminário que discute essa questão muito preocupante para todos nós e para a sociedade porto-alegrense que é o aumento de impostos. A bancada do PT tem se preocupado com isso, na medida em que uma grande região da Cidade, não só a Leste ou a Norte, são milhares de famílias que ainda não têm o seu título de propriedade. Por que o Governo não busca a alternativa de relação fundiária? Porque são milhares de residências que até o momento não pagam IPTU. Obviamente, o Município deixa de arrecadar, apesar de ser muito diferente do Centro de Porto Alegre, a região de classe média alta da nossa Cidade. Sabemos que existe uma enorme diferença sobre essa matriz em relação a determinados bairros da Cidade. Esse estudo é importante para nós, porque, em tese, se radicalizarmos contra o aumento de imposto, outros estão pagando muito pouco em relação ao patrimônio que adquiriram.

São importantes os esclarecimentos. Em tese, achamos que aumentar impostos acaba onerando o cidadão que, por sua vez, em troca, cobra de nós ações de serviços públicos.

Portanto, seja bem-vindo!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. André Carús está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Boa tarde, Presidente; boa tarde à Aiamu, cumprimentos pela exposição. Estamos aqui em nome da nossa Bancada saudando a iniciativa do evento no

próximo dia 28, no qual, inclusive, já efetivei a minha inscrição junto com a assessoria. Esse é um debate do IPTU de Porto Alegre que todos os agentes públicos devem se apropriar e também a população, na medida em que a população pagadora de impostos é a beneficiária dos serviços públicos que deveriam, sim, ser de excelência em todas as suas áreas. O Orçamento público tem o seu cobertor curto, e esse é um momento de recessão econômica das mais agudas da história recente do País, e uma discussão técnica que aprofunde e busque exemplos externos, como foi a atualização da planta em Curitiba, certamente vai subsidiar esta Casa para que tome a melhor decisão. E a decisão da Câmara sempre é aquela decisão em benefício do cidadão. Não acredito que este seja o momento mais adequado para falarmos simplesmente de um reajuste de impostos em Porto Alegre. É preciso que se aprofunde a discussão, e para isso a média do pensamento da Cidade está aqui representada no Poder Legislativo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Valter; presidente e amigo Joarez, eu falo em meu nome e em nome do nosso Ver. Paulinho Motorista também, e quero dizer que nós estaremos lá no dia 28, inclusive, já havia confirmado com o próprio Presidente. E quero dizer da importância disso, nós, que acompanhamos tributação, e vem de longe, nós compreendemos que sempre há um envolvimento político no processo – dos políticos para os políticos. Existe um envolvimento técnico interno com os nossos colegas de Fazenda, que estão envolvidos no processo, e a participação e presença agora da Aiamu, capitaneada pelo amigo Joarez, com a sua direção, e os colegas que estarão presentes, sempre em todos os eventos da Aiamu, eu tenho acompanhado com bastante presença. Nós queremos dizer que essa presença da Aiamu, e esse evento que vai ser promovido agora, com toda a certeza, vai trazer ganhos para a cidade de Porto Alegre. Portanto, estaremos presentes. Trazendo um abraço a ti, leve um abraço a toda a direção e aos colegas fiscais da Receita Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde, Ver. Valter; boa tarde Joarez, é uma satisfação poder encontrar contigo, nós já tivemos a oportunidade de visitar a entidade durante a campanha eleitoral e depois da campanha eleitoral, nós vamos estar presentes; seguramente, no Seminário, tem que ter a vaga reservada. Como disse a Fernanda Melchionna, apresentei um projeto que tem justamente o conteúdo de debater o tema do IPTU e da necessidade da sua progressividade. Não tenho dúvida que vai haver atualização da planta, está desatualizada desde 1992, mas acho que o grande desafio, e nisso sei que a entidade que o senhor representa pode contribuir de modo decisivo, é apresentar um projeto que faça um corte claro e que garanta uma progressividade real, portanto, que garanta que a classe trabalhadora, e classe média de um modo geral, não seja penalizada e que haja, sim – e um teórico capitalista faz a definição de que não existe almoço grátis –, mas acho que é melhor que a elite econômica, os mais ricos aumentem, sim, nesse caso, a carga tributária, sobretudo os que utilizam de modo especulativo seus imóveis. É disso que trata o meu projeto, e certamente, no dia 28, nós vamos poder conversar mais sobre ele. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Agradeço a presença do Jacson Lumertz, que está sempre conosco aqui fazendo a ligação da Fazenda com este Parlamento. O Sr. Joarez Tejada Franceschi está com a palavra para as suas considerações finais.

O SR. JOAREZ TEJADA FRANCESCHI: Obrigado, Presidente, pela disposição do espaço. Quero agradecer mais uma vez a todos, dizer também que o processo desse Seminário abre uma porta aos Srs. Vereadores quando quiserem algumas informações, óbvio que sempre fugindo do sigilo fiscal, mas o que é público a gente sempre poderá apresentar, poderá orientar. Estamos abertos a todos os partidos, uma característica da nossa Associação é não ter esse vínculo partidário. Estamos à disposição de todos os Vereadores que quiserem discutir conosco ou saber da nossa opinião sobre qualquer projeto que envolva tributo, estamos à disposição. Contamos com a presença de todos no dia 28, à tarde, lá na Aiamu. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Agradecemos a presença do Sr. Joarez Tejada Franceschi, Presidente da Aiamu. Parabéns pelo trabalho dessa Associação que é tão importante. Meus cumprimentos pela iniciativa do evento. É, de fato, uma das principais matrizes tributárias da Cidade e um dos temas mais importantes a serem discutidos. E, pelo que se viu da participação dos Vereadores, muitos estarão lá e é bom que participem dessa discussão desde o início. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h43min.)

(14h44m) Estão reabertos os trabalhos.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, Sr. Presidente, na pessoa de quem saúdo todos os demais Vereadores desta Casa, que muito bem me acolheram e a quem agradeço profundamente. Então, saúdo também toda a cidade porto-alegrense, que agora, nos assiste pela TVCâmara e nas galerias; durante a campanha, de todas as pessoas com quem falei e que me sensibilizaram muito em cima dos temas que nós propusemos, uma pessoa de quem me recordo muito e que me marcou foi a Jane. E é uma história sobre a Jane que eu gostaria de contar numa parte deste meu Grande Expediente.

A Jane é uma microempreendedora que vende cachorro-quente na Rua Padre Chagas. Eu a conheci um pouco antes de iniciar a campanha, quando ela estava colhendo assinaturas para um abaixo-assinado, pois ela tinha sido impedida, pela Prefeitura, de fazer o seu trabalho. Contribuí com a minha assinatura e comecei a conversar com ela sobre o que tinha acontecido para o Poder Público a estar impedindo de trabalhar. Entre os vais e vens da burocracia, a Jane tinha iniciado o seu negócio, tinha comprado uma *van* e começado a vender cachorro-quente. Ela recebeu uma visita, inicialmente, de uma

secretaria que a impediu de trabalhar, e foi autuada por estar fazendo trabalho irregular. Ela pediu orientações sobre como deveria se regularizar, recebeu as orientações, encaminhou toda a documentação e, assim que recebeu uma licença provisória, recebeu a visita da EPTC, que a notificou e autuou, porque ela não tinha feito o licenciamento para ocupar uma vaga na rua onde ela comercializava o cachorro-quente. Ela perguntou à EPTC como deveria fazer para se regularizar. A EPTC pediu que ela comesse um abaixo-assinado entre moradores e lojistas da região, que serviria de embasamento para que ela tivesse o seu negócio regularizado. Ela já estava fazendo esse abaixo-assinado com o qual eu contribuí, e, um tempo depois, ela recebeu uma nova notícia. Não bastava apenas que os moradores e os lojistas da região assinassem; a Prefeitura precisava saber se, de fato, aquelas assinaturas eram reais. Então, tinham que entregar cópia de comprovante de residência e de RG, para regularizar o negócio dela. Ela foi de novo atrás das pessoas para conseguir esses documentos.

Passaram-se aí quase seis meses. Eu já estava no final da campanha e fiquei muito tocado com essa história, porque ela é a história de muitos empreendedores que tentam empreender na nossa Porto Alegre e em diversas outras cidades brasileiras e que são atropelados, muitas vezes, pela burocracia. Muitos desses casos são de pequenos e microempreendedores que não têm acesso a advogados, a contadores, não têm recursos para custear pessoas que dominam esses trâmites burocráticos e facilitam o seu trabalho. Assim, acabam terminando na informalidade, prejudicando outros tantos, que são regularizados e formais, mas que conseguiram dominar a burocracia. Uma outra história, que me comoveu recentemente, foi a da Carla Barone, que foi candidata pelo Partido NOVO. Ela é empreendedora, tem uma pequena indústria química, e fez uma alteração na razão social; e por conta da alteração da razão social, há pouco menos de um mês, a Prefeitura exigiu que fosse dada entrada de toda documentação para refazer as licenças. Não sei quantos de vocês estão familiarizados com o processo burocrático para uma pequena indústria química, mas são meses e meses para o licenciamento. Talvez o Ver. Idenir Cecchim, que foi Secretário da SMIC, saiba falar o quão demorado está esse processo e o quão complexo é isso – afinal de contas, não é uma indústria de baixo risco. A Jane e a Carla representam os porto-alegrenses que lutam, diariamente, para que a nossa Cidade tenha condições de prosperar, pagar os impostos, se desenvolver, oferecer renda e emprego a todos. E contra uma burocracia que emperra o ímpeto empreendedor

dessas pessoas que a gente deve conversar, dirimir todos esses nós e facilitar a vida dessas pessoas. É contra um Estado que cada vez nos tira mais, sem nos dar nada em troca. Por isso, temos que desviar nossos olhares e focar a nossa atenção em pessoas como a Jane, que tem sua renda prejudicada, focando nesse potencial de novos serviços, de novos negócios a serem estabelecidos na nossa Cidade. É por causa de pessoas como a Jane que resolvi ser candidato pelo Partido NOVO e que ocupo esta posição, hoje. Sinto-me honrado em falar com os senhores e em representar essas pessoas. É para isso que também criamos o Partido NOVO, para que o Estado permita que todos os indivíduos possam realizar seus sonhos, especialmente àqueles que menos têm, e que menos têm condições de, através de pessoas ou empresas com competência técnica, mas que muito custam ao empreendedor, que consigam dirimir a burocracia e alcançar o sucesso, estabelecendo o seu negócio. É o mais pobre que, com seu suado trabalho, consegue adquirir produtos e serviços no mercado, oferecidos pela iniciativa privada. Quem não tem hoje uma televisão ou um aparelho celular? Independentemente da classe social, vemos que diversos produtos, como máquina de lavar roupa, como geladeira, estão presentes na casa dos brasileiros. Por outro lado, esse mesmo trabalhador não tem saneamento básico; ainda não consegue marcar consultas médicas; tem um péssimo serviço de educação, ele é obrigado a ir para escola pública municipal, e sofre com a violência pública diariamente. Ou seja, o que é oferecido pelo mercado chega à população de baixa renda, e que é oferecido, ou melhor, imposto pelo Estado, não chega. O NOVO defende justamente uma mudança de rota, um Estado enxuto e racional que acredita no indivíduo como principal agente de mudanças e gerador de riquezas, Presidente Nedel, que presta de forma eficiente os seus serviços essenciais e dá espaço para que as pessoas sejam as protagonistas da sociedade e da sua própria vida.

O Sr. Aírto Ferronato: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, meu caro Vereador. Essa manifestação de V. Exa. merece o meu respeito e cumprimentos. Eu, por exemplo, recebi aqui na Câmara, faz muito pouco tempo, um cidadão que trabalhava, empregado que perdeu o emprego. Meu caro Presidente Nedel, esse cidadão saiu a vender ovos – compra ovos e vende ovos. Ele disse que conhece o assunto e esteve na Prefeitura pedindo um alvará, uma licença, e a Prefeitura disse que não, que é obrigatório, por lei, ele estar estabelecido num imóvel que seja reconhecido

como imóvel comercial. Qual sempre foi a minha tese? Para pequeníssimos negócios, que se dê, por exemplo, no primeiro ano, uma possibilidade de iniciar, até para testar se vão dar certo ou não. Como um cidadão desempregado vai partir para um pequeno, micronegócio e já necessariamente alugar um prédio para isso? Estamos apresentando um projeto e vamos fazê-lo em parceria, se V. Exa. assim entender. Nos primeiros anos, é necessária uma liberação ou uma regra bastante simples até para teste. Meus parabéns e obrigado.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Obrigado, Ver. Ferronato. É por isso que a gente precisa dar liberdade para que as pessoas decidam como viver suas vidas e alcançar sua própria felicidade. O Partido NOVO entende que os partidos, portanto, devem ser custeados por aqueles que apoiam suas ideias e não por toda sociedade, através de impostos e através do incompreensível fundo partidário. Quase R\$ 1 bilhão de reais são retirados de pessoas como a Jane e como a Carla Barone e de todos aqueles que precisam desse dinheiro e que são levados, por outro lado, a financiar partidos. Esse dinheiro poderia estar sendo empregado pela população para, quem sabe, gerar mais empregos, mais riqueza, mais renda para aqueles que mais precisam. Por isso eu me comprometi como candidato, como eleitor porto-alegrense, com a defesa do empreendedorismo, com a diminuição da burocracia, a melhoria da segurança e a racionalização dos recursos. O que quero; aliás, tenho certeza de que é o que todos nos aqui queremos, é dar mais oportunidades para que os cidadãos possam alcançar seus sonhos. É para que o cidadão melhore de vida que defendo o empreendedorismo; é para que a vida dele fique mais fácil, que defendo a diminuição da burocracia; é para que ele possa seguir vivo que defendo a melhoria na segurança; é para que o pobre tenha mais dinheiro no seu bolso e nas áreas prioritárias que defendo a redução de gastos do Estado e o não aumento, ou melhor, a redução de impostos.

O Sr. Adeli Sell: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu já disse a Vossa Excelência, Ver. Felipe Camozzato, que me somo às suas preocupações e quero estar, na prática, junto, como já fiz muitas vezes, mas agora vejo que temos um grupo de Vereadores pequeno, mas valoroso, que têm como foco essa questão da desburocratização do Estado brasileiro, o combate a todos os tipos de burocracia que

impedem o empreendedorismo. Eu apostaria em fazermos um movimento, junto com as entidades, chamado: 2017, o ano da legalidade e do empreendedorismo. E vamos em frente.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Muito obrigado.

O Sr. Idenir Cecchim: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Felipe, acho que Vossa Excelência traz um assunto importante para a Cidade. Eu vi, parece que essa empreendedora do cachorro-quente é na rua, em um espaço público, aí precisa realmente da autorização do prédio da frente, e vi o caso de uma outra empreendedora, mostrando que realmente é o que todo mundo sofre! E também incluir nesse humilde aparte que Porto Alegre tinha e tem lei para isso: do alvará provisório, que vale por um ano e meio, renovável, para a pessoa justamente que não tem o habite-se ainda poder trabalhar, enquanto se regulariza. Existe o alvará provisório em Porto Alegre; ou melhor, existia. Existia o alvará que saia na hora! Eu vi que no dia da instalação estava aqui o pessoal da Endeavor, que estragou tudo isso que já tínhamos! Então, o máximo que se vai conseguir fazer através da Endeavor é voltar ao que tínhamos, só que ficaram mais de seis meses estragando o que já estava pronto em Porto Alegre, o alvará provisório e o alvará que saia na hora. Fiquei sabendo que a moça, que era da Endeavor, agora é a chefe da Sala do Empreendedor! Tomara que ela consiga devolver o que já tínhamos, o que não será mérito nenhum, vai apenas refazer o estrago que fizeram na cidade de Porto Alegre.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Obrigado, Ver. Cecchim.

O Sr. Cassiá Carpes: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero agradecer esse espaço e parabenizá-lo pela iniciativa. Nós precisamos gerar emprego, principalmente na pequena, micro, média empresa. O que nós vimos neste País é essa quantidade de burocracia, mas, principalmente o Estado emprestando dinheiro para empreendimentos que, muitas vezes, caem na desgraça e na corrupção. Portanto tem que incentivar as pessoas a criarem as suas empresas e terem, sim, financiamentos baratos para crescer, gerar emprego. Nós estamos vendo o Brasil ao contrário: BNDS,

Badesul dando dinheiro para grandes empresários e para o pequeno, micro e médio empresário muito pouco, que são os que realmente, têm que ser prestigiadas pelo Governo, quebrando a burocracia, auxiliando e dando condições para que cresça o emprego. Tenho certeza que esse é o caminho. Parabéns.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Muito obrigado, Cassiá. Pois bem, se o Estado não consegue oferecer segurança, saúde e educação, como podemos defender racionalmente que ele gerencie empresas deficitárias às custas da Jane e de outros empreendedores, e de todos aqueles que diariamente pagam os seus altíssimos impostos? A sociedade exige de cada um de nós uma mudança de rumo. Ninguém aguenta mais e, juntos, nós, Vereadores, podemos fazer a diferença. Colegas, nós somos a mudança. Nós aqui, nesta Legislatura, seremos a mudança nesses próximos quatro anos. Nós somos a mudança que a população tanto espera e tanto precisa. Somos nós que podemos mudar este cenário, travando um bom debate sobre as grandes questões. Não podemos perder tempo e gastar dinheiro em debates inúteis. Não podemos gastar o dinheiro do pagador de impostos, perdendo tempo com projetos inconstitucionais. Eu conto com a ajuda de todos vocês, colegas Vereadores, cada um a sua maneira, para que possamos responder aos anseios desta sociedade cansada, para responder à altura do voto que nos foi conferido pelos honrados porto-alegrenses, que, mesmo lutando pela própria vida nas ruas, sem ter os serviços básicos atendidos, mantêm a espinha ereta e a disposição para trabalhar e para gerar renda, empregos para sua família e para a sociedade porto-alegrense e brasileira. Eu conto, portanto, de coração aberto, com a ajuda de todos vocês para fazermos Porto Alegre, de novo, uma cidade admirada. Muito obrigado, colegas Vereadores, é uma honra estar aqui com vocês.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. João Carlos Nedel assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Apregoo o PLL nº 034/17, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni.

Apregoo o PR nº 004/17, de autoria da Mesa Diretora.

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Presidente Nedel, boa tarde, Vereadoras, Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara e das galerias, colegas funcionários da Câmara Municipal; Ver. Moisés, hoje quero dialogar muito contigo e com o Ver. Cláudio Janta, em especial, para que tentemos achar uma alternativa. Hoje faz quase dois meses da extinção da Secretaria dos Animais. E, verdadeiramente, a minha indignação...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. RODRIGO MARONI: Mas o funcionamento da Secretaria ficou muito precário. Aqui eu não estou vindo para fazer mais uma crítica contundente, eu até quero dialogar com o pessoal que compôs o último Governo, quero fazer um elogio, porque se pode falar o que quiser do Governo Fortunati/Melo, mas, bem ou mal, foi a gestão que criou a primeira Secretaria de Animais e teve uma preocupação específica em criar política pública para os animais. Inclusive, no ano passado, e eu falava de forma muito fraterna, o PT, que esteve na Prefeitura por 16 anos, não teria como criticar isso. E falo isso numa política de alto nível. Mas estou preocupado, Ver. Moisés Maluco do Bem, e queria a sua atenção, porque a situação está muito ruim, verdadeiramente. Piorou o serviço. Hoje quintuplicou o número de atendimentos a animais que tenho feito de forma particular. Neste sábado e na sexta-feira, posso te mostrar o horário das ligações, eu atendi a quase cinco animais, da meia-noite às 5h, e animais que estão com o protocolo da Secretaria dos Animais e que estavam com risco de vida seriíssimo, no estágio final. E até agora não tive um retorno. Eu queria combinar com vocês como podemos sentar com o Prefeito para me colocar à disposição, e aí o meu colega Matheus já tinha colocado essa proposição, mas quero dizer que sou contra a que seja cobrado hospital, porque sinto na pele as pessoas que estão precisando. Mas, Matheus, verdadeiramente nós temos que fazer uma comitiva para ver como faremos funcionar aquele hospital. Diariamente estão morrendo vidas. Eu estou aqui, mas daqui a dez minutos não vou estar mais, porque um animal vai estar aqui para eu recolher, um animal que a Secretaria é que deveria dar o atendimento. No meu WhatsApp uma menina disse, “Maroni, eu não tenho como aguardar, porque o protocolo foi marcado para quinta-feira, e o animal está morrendo”. Nós temos que criar uma política agora, velho, e aí eu vou defender qualquer governo ou qualquer prefeito que se

sentar de forma séria e criarmos essa política, tendo claro que não pode ser cobrado o hospital público. Ele está construído, hoje ele é um elefante branco, sem funcionamento, uma obra sem justificativa. A TVCâmara, inclusive, sabe disso, eu pedi que, no tempo dos Vereadores, o meu programa fosse Secretaria dos Animais. A Secretaria não permitiu que eu entrasse dentro da Secretaria! E a TVCâmara, que está nos gravando, sabe que é verdade. A minha proposta era entrar dentro do hospital, justamente para discutir a política pública e dar um espaço de visibilidade para a Secretaria, para o departamento ou para o que for.

Com o que eu estou preocupado, verdadeiramente, Moisés, agora, passou a questão do que era ideal para mim, entendeu? O ideal para mim seria o hospital estar funcionando, a Secretaria ter sido mantida e estarmos discutindo aqui um orçamento de ampliação. Sei que a isso não vou chegar. Oh, o telefone está tocando, é o cachorro chegando! Continuando, sei que isso não vai acontecer. Então a minha preocupação fundamental é do que ficou. Vamos sentar com o Prefeito e fazer uma força-tarefa, primeiro, porque está esgotando todo o meu salário, eu já não tenho mais nem condições financeiras de me manter, no aspecto real, de tantos animais que estou tratando. Segundo, nós temos que ter, efetivamente, uma função para aquela obra. Imaginem se passar um ano, que vergonha vai ser para a Prefeitura se aquela obra não tiver uma função. Terceiro, diminuíram os serviços lá desse... sei lá no que está virado, porque nem indicada foi a pessoa ainda para o Departamento, entendeu, Matheus? Vocês imaginem isso, estamos aí com dois meses de Governo e não foi nem indicado o titular do Departamento. Veterinários concursados, foram aprovados e não foram chamados para uma Secretaria, que mesmo que não fosse o ideal, e era bem distante disso, tinha um funcionamento, que está diminuído. Então, a minha preocupação central é com vidas, porque não está dando mais para suportar. Eu convido vocês a fazer um ou dois dias de visita, Ver. Matheus, tu que te interessaste pelo tema, para ver um pouquinho o que está acontecendo hoje: há um colapso real e uma falta de atendimento plena por parte de sei lá o que se chama hoje, porque não tem nada constituído, referente aos animais aqui em Porto Alegre. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver. Nedel, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, o tema de Porto Alegre, os 120 dias, nos preocupa deveras. Nós estamos com os municipais com várias frentes de apoio em defesa do serviço público, o grupo de professores e comunidades escolares e toda a cidade de Porto Alegre mobilizados contra a intervenção na Rede Municipal de Ensino. Na semana passada, instalamos nesta Casa a Frente Parlamentar em Defesa do Direito Social ao Esporte, ao Lazer e à Recreação. Nesta fala aqui, também trago o exemplo dessa mobilização, é uma fala em relação ao Governo novo que se instala, porque esta Casa estava superlotada de comunidades que têm como referência para sua qualidade de vida as praças, os parques desta Cidade, os ginásios como o Tesourinha, parques como o Ramiro Souto, Alim Pedro. De todos os lados da cidade de Porto Alegre nós tivemos manifestações nesta tribuna, vários Vereadores e Vereadoras puderam estar aqui ou passaram e viram a importância da Secretaria Municipal de Esportes nesses anos todos, do que construiu de rede social. E todos os Vereadores que foram Secretários, Ver. Bosco, têm que se orgulhar dessa reação, é uma reação de cidade, de cidadania, houve a representação do Em Cada Campo uma Escolinha falando em nome de 50 voluntários, porque é uma Secretaria que, com pouco mais de 80 pessoas e outro tanto de estagiários, mobiliza voluntários e organiza as práticas corporais na cidade inteira. Ora, o custo dessa Secretaria é baixíssimo para o salto de qualidade de vida e de organização social que nós vimos aqui testemunhado e aqui falado neste plenário.

Assim, nós esperamos, Ver. Janta, que esses 120 dias não seja novamente uma produção terceirizada, contratada, uma consultoria que vai pensar em apresentar para esta Casa, Ver. Moisés, Ver. Camozzato, uma alternativa de reestruturação do Município, tirada de gabinete, de *expertises*, que não estejam dialogando com a sociedade viva, com a cidade viva, que aqui se manifestou na semana passada, que, em outros momentos, se manifestou através das comunidades escolares e que está pedindo para conversar, para dialogar. Assim como o Mercado Público da cidade de Porto Alegre, que já teve anúncios de privatização – os feirantes, os comerciantes, os frequentadores querem saber qual é o

processo de diálogo que o Prefeito vai fazer. Um governo autocrático, um governo que vem e se impõe, como eu ouvi a fala do Secretário de Educação na Comissão de Educação terça-feira, que repetia: “Como que ninguém viu? Como que a Cidade não percebeu?”, como se ele tivesse a fórmula mágica e fosse o grande visionário. E nós sabemos que não existe fórmula mágica e que não existe salvador da pátria. Existem processos de diálogo cumulativos, reflexivos, que vão aprimorando políticas públicas. Não é assim, não é mágica. Não é terra arrasada. Ninguém chegou aqui e inventou, com a solução na sua mão. Isso é desrespeitar profundamente os processos sociais que vêm se enraizando na Cidade e se aprimorando, e, de outro lado, é atingir, atacar a autoestima de trabalhadores e trabalhadoras, funcionários públicos, depreciados em frases, em manifestações, em avaliações do trabalho, que em nada vão contribuir para que o Governo Municipal seja efetivo.

A Cidade, Ver. Nedel, não sabe a que veio ainda o Prefeito Marchezan. A Cidade está esburacada, a Cidade está difícil de... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) E nós gostaríamos que se instalasse nesta Cidade um diálogo construtivo das alternativas, e não algo contratado, em gaveta e apresentado de surpresa. E aqui eu ouvi o Prefeito Marchezan, que está anunciando o aumento de impostos, falar que vai precisar do apoio desta Câmara para fazer as mudanças. Ver.^a Fernanda, nós já sabemos o que é isso. Vem uma fórmula mágica, dentro de um envelope, criada por alguém de fora.

Eu convido os Vereadores e Vereadoras para a atividade de amanhã, que vai acontecer durante o dia inteiro nesta Casa, organizada pelo Fórum em Defesa do Direito ao Esporte, ao Lazer e à Recreação. Universidades, com professores, com comunidades, estarão apresentando trabalhos, reflexão e o acumulado. Espero que o Prefeito mande seus representantes, Ver. Janta, porque todos foram convidados. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, colegas, eu gostaria de aproveitar o tempo de liderança para falar sobre os eventos que aconteceram ontem, no Parcão. Tivemos,

ontem, o ato pelo direito de defesa do Armas pela Vida. E, naquele momento, assim como a Ver.^a Comandante Nádia falou e outros colegas Vereadores também, eu falei um pouquinho mais sobre a questão moral por trás desse tema. Tivemos uma discussão na imprensa sobre o nome do evento, tivemos também muitos pontos positivos e negativos, contrapontos. O que eu noto, e aí há um consenso entre nós que conversamos no evento de ontem, é que muita gente está falando sobre o tema e não leu o PL nº 3.722/12, portanto está bastante desinformada sobre o assunto. O Armas pela Vida visa a respeitar um referendo que foi feito. Ele até é muito mais restritivo do que muita gente está pensando e falando nas redes sociais. Mas esse referendo foi vencido por ampla maioria dos brasileiros que foram contrários à proibição de que os cidadãos possam ter armas para se defender. E a questão moral que eu trouxe naquele momento no evento foi justamente a de que nós estamos tornando a arma um objeto animado e não um objeto inanimado como ela é. Como se ela tivesse personalidade, como se ela tivesse capacidade de tomar ações e como se ela não fosse apenas um objeto nas mãos de indivíduos que têm valores, têm suas atitudes e que devem responder por elas. O argumento utilitário que muita gente utiliza: se o cidadão puder ter armas para se defender, ele vai melhorar ou piorar a violência? Eu considero esse um argumento de segundo plano. O utilitarismo está em segundo plano nesse caso. Apesar de que um estudo de Harvard mostra e aponta correlação positiva, fortemente positiva onde quanto mais a população se arma, menor é o índice de homicídios e também de suicídios. E a gente tem um caso muito próximo, o caso do Paraguai, do nosso país vizinho. Uma cultura muito parecida com a brasileira, Índices de Desenvolvimento Humano muito parecidos com os brasileiros, porém lá há uma legislação muito mais flexível com relação a armamento e índices de homicídios de quase um terço, quando comparados aos brasileiros. É interessante notar que no caso paraguaio, quando você olha os índices de homicídios perto das fronteiras com um certo país que conhecemos, esses índices são muito parecidos com o do Brasil. Mas quando a gente entra no Paraguai e fica mais longe das fronteiras desse tal País, gigante e continental que nós conhecemos muito bem, esses índices são muito próximos de índices europeus inclusive. Então, o problema não está no armamento, o problema está na forma como a gente responsabiliza indivíduos sobre seus atos. E, no Brasil, a gente sabe que a cultura de impunidade é reinante, e a cultura de não responsabilizar indivíduos por seus atos é maior ainda, a ponto de a gente

pensar que uma arma tem personalidade e vai cometer crimes. A arma nada mais é do que um objeto, uma extensão do corpo de um indivíduo livre que está se defendendo e que, de acordo com o PL nº 3.722/12, não vai poder chegar, a qualquer momento, numa loja de armas, e comprar quantos armamentos quiser. Não, ele vai ter de passar por um teste psicológico, aptidão, vai ter de cumprir uma série de regramentos para poder adquirir esse armamento. Portanto, não existe essa história de banguê-banguê. Essa história existe somente na desinformação que é pregada por quem não leu o projeto e por quem não tem respeito e interesse pela segurança e pela liberdade das pessoas. Quem fala isso, na verdade, está muito mais interessada no controle, na parte da frase “controle de armas”. Isso Bene Barbosa, no final de semana, em Florianópolis, falou em um congresso em que eu estava presente. E falou muito bem sobre a intenção de controlar e não de querer prover segurança ou prover respeito à liberdade dos indivíduos. Dado esse assunto, a gente teve a abertura da Frente Parlamentar de Armas pela Vida. Ontem, apresentei, lá no evento, e quero informar a todos os colegas Vereadores, uma moção de solidariedade, assinada em conjunto por diversos Vereadores desta Casa, dos quais nomeio a Ver.^a Comandante Nádia, o Ver. Moisés Barbosa, Ver. Matheus Ayres, Ver. Mendes Ribeiro, Ver. Valter Nagelstein, Ver.^a Mônica Leal e Ver. Wambert. O Ver. Cláudio Janta está sinalizando que irá assinar também, Então, vários Vereadores estão assinando essa Moção de Solidariedade ao PL nº 3.722, para que Porto Alegre possa dar uma sinalização favorável a este PL para o Congresso Nacional. Muito obrigado a todos. Estou à disposição para esclarecimentos e que paremos com a desinformação em torno de um assunto tão importante e que deve ser tratado com a devida profundidade.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, vejam bem, foi feito um plebiscito no Brasil ouvindo a população. Quando um governo ouve o povo, parte-se do pressuposto de que este governo quer saber a opinião do seu povo. E esse povo disse que quer o direito de andar armado, quer o direito de portar armas, em casa, no seu carro. Só que isso não foi respeitado. Esse direito do povo de andar armado,

esse direito do povo de ter arma, não foi respeitado. Foi feito plebiscito, gastou-se dinheiro com mídia, viram-se todos os ditos formadores de opinião, na época, eu lembro que centenas de artistas, cantores da tevê dizendo que o desarmamento ia diminuir a violência, que o desarmamento ia diminuir o número de mortes, uma série de argumentos, e o que se viu foi o povo indo às urnas dizendo que queria garantir esse direito. O povo, silenciosamente, foi às urnas e disse que queria garantir esse direito. E de lá para cá aconteceu o contrário do que se dizia: viu-se aumentar o número de mortes, aumentar a insegurança, e se viu, drasticamente, as pessoas e sentirem cada vez mais inseguras. E olhe bem, Ver.^a Comandante Nádia, um brigadiano, um policial civil, ao se aposentar, se ele estiver com uma arma dentro do carro e não tiver o porte de armas, todo ele feito direitinho, ele é preso. Um homem, uma mulher que dedicou a sua vida inteira à defesa da nossa vida, ao se aposentar ele passa a ser um criminoso. Uma pessoa que andou a vida inteira armada, uma pessoa que doou a sua vida inteira à defesa da nossa vida, ao se aposentar, se ele estiver em posse de uma arma que foi sua ferramenta de trabalho, ele se torna um criminoso. O absurdo a que chegou um referendo que queria dar o direito às pessoas. Cada vez mais uma minoria está tirando o direito de uma grande maioria. Não diminuiu, em hipótese nenhuma os crimes; cada vez mais nós vemos pais chorando a morte dos seus filhos; cada vez mais, nós vemos atrocidades na periferia de Porto Alegre; e cada vez mais, nós vemos as pessoas fortemente armadas. Não com 38; não com revólver, mas com armas de guerra, o que só se vê em filmes. Então, eu acho que é o momento de nós revermos esse absurdo que fizeram com o povo brasileiro em que, a partir de um plebiscito feito no Brasil, foi concedido o direito de as pessoas andarem armadas; terem porte de arma; fazerem um exame para poder andarem armadas. Eu acho que a hipocrisia tem que parar. Há milhares e milhares de pessoas que não poderiam estar dirigindo; que não poderiam beber em hipótese alguma; que não poderiam andar na rua; que não poderiam fumar; que não poderiam fazer nada, porque existem pessoas boas em todos lugares do mundo, e existem pessoas más em todos os lugares do mundo. Agora, tirar o direito do cidadão de dar a dúvida ao bandido, isso não se pode fazer. Hoje, o bandido não tem dúvida; hoje o bandido tem a certeza de que se chegar na casa de alguém, no carro de alguém, se chegar aqui nesta Casa, o bandido tem a certeza que...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...somente a Ver.^a Comandante Nádia estará armada

aqui nesta Casa. E a assessora dela, se for militar, também estará armada, mais ninguém nesta Casa está armado - inclusive, a nossa Guarda, porque não tem os recursos necessários, está desarmada. Então, isso é uma hipocrisia, uma vergonha. A grande maioria das pessoas não pode, em função de uma minoria, perder os seus direitos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Muito obrigada, Presidente, vou falar um pouco também do movimento “Armas pela Vida”, que aconteceu ontem no Parcão, e dizer para os senhores que nós temos, sim, que conversar a respeito disso. Dizer que o cidadão não precisa de arma, porque existe a polícia para defendê-lo, é a mesma coisa que dizer que não precisamos de extintor de incêndio, pois nós temos os bombeiros. Quanto às armas, das quais tanto falam mal, nós vamos falar que qualquer objeto pode se tornar uma arma: um espeto de churrasco, uma chave de fenda, uma pedra – desde que seja usada para ameaçar ou como surpresa para atacar alguém. Desde sempre, o homem, na época primitiva, se defendia; no início, com unhas, punhos, dentes, como os animais, porque era necessário ele fazer a defesa de si, da sua família e da sua propriedade. Hoje, os agressores estão matando com armas de verdade. As vítimas são as mais variadas. São jovens com sonhos, são famílias destroçadas, são mulheres – mortos pelo simples fato de que os criminosos querem um celular, um boné ou, muitas vezes, matam a vítima sem nada dela roubar. As armas são classificadas de vários tipos, para aqueles que não sabem, como armas brancas, químicas, de efeito moral, de fogo, não letais, e todas elas, utilizadas de maneira mais contundente, levarão à morte. Então, não é a arma de fogo o grande problema que hoje nós temos que tratar. A arma é o instrumento que mais iguala as pessoas; iguala o cidadão de 70 anos e um jovem criminoso de 19 anos. Como aconteceu, em Caxias do Sul, anos atrás, em que uma senhora, dentro de casa, pôde matar o criminoso que invadiu sua residência. É a residência, senhores, o domicílio inviolável, como está na Constituição, da pessoa; não pode nem a polícia entrar nesse domicílio, tampouco os criminosos. Hoje nós vemos que, infelizmente, os criminosos

estão entrando nas nossas casas, na área rural, porque têm a certeza de que ninguém tem uma arma para se defender. O Estatuto do Desarmamento é uma ferramenta de dominação, a partir do momento em que um povo desarmado é um povo fácil de manobrar, é um povo que está à mercê dos criminosos. E hoje, quem diz que é contra as armas, eu digo para vocês, é a favor de criminosos. O desarmamento só fez uma coisa: enfraqueceu os homens de bem e enfraqueceu aqueles também que, por opção, não querem ter armas, porque o avanço da horda do crime está aí, só não vê quem não quer, todos os dias, noticiado nos jornais, nas rádios. O que nós estamos esperando? Ser a próxima vítima? Quem quer ser a próxima vítima? As polícias estão fazendo o seu melhor, estão trabalhando até onde podem e, mesmo que nós colocássemos um policial em cada casa, ainda assim nós precisaríamos de pessoas se defendendo, ou vocês acham que um criminoso entraria num restaurante, num bar, nos ônibus ou na ponte içada do Guaíba fazendo arrastão se achasse que ali teria um cidadão tecnicamente qualificado, com todos os requisitos, armado? Por óbvio que não. Nós estamos falando de direito natural. É um direito do cidadão se defender, é um direito do cidadão ter a sua arma, não com toda a criteriosidade que se tem hoje para tirar um porte de arma, e é por isso que nós estamos junto com o movimento “Armas pela Vida”. Por que “Armas pela Vida”? Porque os policiais andam armados não pela morte; mas para proteger vidas.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos. Eu quero, neste tempo de liderança da oposição, trazer dois temas que eu tenho convicção de que nos unificam. O primeiro deles é o anúncio escandaloso do Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia – que aparece na lista Janot e está entre as tantas personalidades desse regime apodrecido, envolvido naquelas doações, entre aspas, que vieram à tona com a delação premiada da Odebrecht –, de que vão votar, em regime de urgência, o projeto de terceirizações, e que pretendem votar até quarta-feira, na Câmara dos Deputados, um

projeto que, na verdade, precariza e retira ainda mais direitos da classe trabalhadora, permitindo a terceirização não só nas atividades-meio, mas nas atividades-fim.

Nós, inclusive, votamos uma Moção de sua autoria, Ver. Cláudio Janta, contra esse projeto, no ano passado, enquanto ele tramitava no Senado, se eu não me engano, que foi aprovada por ampla maioria desta Câmara de Vereadores. Então é fundamental, primeiro, a constatação óbvia de que o Parlamento está de costas para o que o povo tem dito. No dia 15 de março houve uma mobilização muito grande. Felizmente, os trabalhadores tomaram as ruas no Brasil inteiro, falando que não aceitam a reforma da previdência, que é, na verdade, a reforma da morte, que quer que a ampla maioria da classe trabalhadora não possa se aposentar e trabalhe até, enfim, prestes ao final da vida, com o tempo de contribuição de 49 anos para poder levar, na integralidade, a aposentadoria, além da idade mínima de 65 anos. Essa mobilização, que botou a classe trabalhadora, de novo, no centro da resistência no País e que, obviamente, precisa avançar no que nós estamos falando, no sentido da construção de uma grande greve geral no Brasil contra a reforma da previdência. Infelizmente, no mínimo, o Presidente da Câmara dos Deputados segue com os ouvidos fechados para o que as ruas estão dizendo em vários aspectos. Como eu falava, a reforma da previdência, não tenho dúvida, é o PL da terceirização e, sobretudo, a luta necessária contra a corrupção e contra essa lógica de autodefesa lamentável que boa parte dos parlamentares está tentando fazer com uma reforma política, que é, na verdade, uma contrarreforma política, que busca anistiar os crimes de mais de 200 Deputados que estão lá no Congresso Nacional. Eles estão preocupados em como salvar a sua pele e não como melhorar a vida do povo. Nós estamos aqui denunciando essa bandalheira.

Mais um outro escândalo joga mais luzes nessas maracutaias: o esquema das fiscalizações compradas entre o Ministério e os grandes frigoríficos, que faliram os pequenos, ganharam dinheiro público a fundo perdido pelo BNDES, não eram fiscalizados e estavam vendendo carne podre! Carne adulterada para cada um de nós, se supõe, porque foram vários lotes que mostram essa lógica perversa do capitalismo e do lucro acima da vida. Governos preocupados em defender meia dúzia de grandes empresários que lucram às custas da saúde, do suor e do trabalho do nosso povo.

Feito esses registros, quero aproveitar este tempo de liderança de oposição, do PSOL e do PT, para também fazer um anúncio. Já confirmaram presença os Vereadores André

Carús, Matheus Ayres, Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Sofia Cavedon, Roberto Robaina e o Prof. Alex para estarem na nossa audiência da Frente Parlamentar em Defesa dos Serviços Públicos e do Direito dos Trabalhadores, que será na quarta-feira, às 18h45min, aqui neste plenário, sobre a crise na rede municipal. É inaceitável o que está acontecendo nas nossas escolas, o ataque à gestão democrática. Ao mesmo tempo, a Prefeitura quer fazer um verdadeiro autoritarismo com a abertura de sindicância contra os professores que lutam, respaldados pela Assembleia e pela lei da gestão democrática. A nossa ideia é fazer um momento de oitiva. Quero registrar que nós já oficiamos o Secretário da Educação, entregamos no gabinete da SMED, mandamos *e-mail*, ligamos. Obviamente, queremos contar com a presença do Secretário da Educação, porque é fundamental que o Parlamento se posicione e ajude nessa mediação necessária, para garantir os direitos dos trabalhadores e garantir... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...e garantir o direito à educação das nossas crianças, porque, infelizmente, nós estamos vivendo uma verdadeira crise provocada pelo autoritarismo do Governo. Os conselhos escolares, as comunidades, as lideranças estão juntos com os professores reivindicando a gestão democrática e lutando pela manutenção do calendário, que foi discutido, construído e aprovado em 2016, para ser aplicado em 2017, e “nos 45 minutos do segundo tempo”, o Governo resolveu mudar a partir de um Decreto, sem consultar os professores, e quer impor, goela abaixo, uma mudança que, obviamente, é uma mudança extremamente autoritária, que precariza a educação e coloca uma verdadeira crise na educação municipal.

Então, eu queria convidar a todos os Vereadores e Vereadoras - o Ver. Paulo Brum já havia se pronunciado sobre o caso, assim como vários Vereadores falaram quando houve a convocação do Secretário -, e foi aprovado pela assembleia da ATEMPA, pois virão muitos representantes da comunidade para que possamos ouvir... (Som cortado, conforme determinação da presidência dos trabalhos.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde, eu pedi a palavra, em primeiro lugar, para saudar a todos que me antecederam e aqui se manifestaram, principalmente, os Vereadores Camozzato e a Comandante Nádia, sobre a questão do Estatuto do Desarmamento. Mas eu não poderia deixar de fazer duas observações. As observações são que, quando a proposta foi trazida, sobre o Estatuto do Desarmamento, eu fui um dos que - por ser Tenente de Infantaria, Tenente R2, e ter conhecimento que não é toda pessoa que está preparada para utilizar uma arma de fogo - acreditou que a medida pudesse melhorar os índices, retirando armamentos da casa das pessoas, enfim. Mas eu também vejo que não funcionou. Na verdade, nós temos que reconhecer que, infelizmente, essa tentativa extremamente louvável, não funcionou. Não acredito nessa história de que era uma forma de desarmar a população. Acho que há um exagero nessa questão, porque a politicagem sempre cria essas teorias conspiratórias. Acho que realmente existia uma boa intenção no projeto, para que a gente não passasse com as nossas famílias essa insegurança pública. Mas a gente tem que reconhecer que não funcionou, a gente tem que reconhecer que a esmagadora maioria da população do plebiscito também deixou claro que não gostou do Estatuto do Desarmamento e, reconhecendo isso, hoje sou subscritor da iniciativa do Ver. Felipe Camozzato, e queria citar algumas coisas importantes. Todos aqui sabem o que aconteceu no dia 4 de julho, nesta Cidade, onde um policial da Brigada Militar foi assassinado na Zona Sul, numa abordagem policial. Aquele assassino, que estava dentro do carro, não tinha porte de arma, matou o policial Luiz Carlos Gomes da Silva Filho, com 29 anos. Hoje os bandidos que possuem arma vão continuar usando as armas, infelizmente. O Paulo Roberto Vigorito da Silva, também da Brigada Militar, que há um mês foi baleado num mercado em Novo Hamburgo, foi vítima. Eu, constatando a ineficiência e os índices assustadores da insegurança pública, sou subscritor da iniciativa, da Moção de Apoio, porque, na realidade, me surpreendo também. A maior parte dos defensores do Estatuto do Desarmamento é de pessoas que defendem a democracia, que dizem que a população tem que ser respeitada. E foi feito um plebiscito que não foi respeitado. Gostaria de citar as palavras do colega Ver. Felipe Camozzato, que diz que há uma tentativa de transformar uma arma, esse objeto, em um ser com vontade própria. Sabemos do alto índice de morte que os veículos automotores causam. Lembro de um desenho, parece que do Pateta, em que acusam o automóvel de ser assassino. Então, vão suprimindo as

coisas, tiram o automóvel, e chegam à conclusão de que quem é o culpado é quem está atrás do volante. A gente tem tantos problemas de educação, de fiscalização. Infelizmente, a gente não é o Japão, ainda não somos um País que possa ter essas condições. Então, queria deixar claro aqui o meu apoio a esta moção. Estaremos aqui vigilantes, inclusive, para defender...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Eu gostaria de dizer que sou muito respeitador da legalidade e também que eu me preocupo muito com aquele policial que, às vezes, com um colete vencido, tem tentado, com a sua vida, defender as nossas vidas. Eu não poderia deixar de saudar a Brigada Militar, a Polícia Civil, e dizer que lamento muito, porque esse servidor vai para a rua sem saber se vai retornar para sua casa. Todos os dias ele enfrenta uma série de acusações que, na dúvida de nos defender, não sabe o quanto será incriminado, o quanto será acusado. Existe muita injustiça em todas as partes do nosso Estado e no nosso País. Parabéns, Ver. Felipe Camozzato.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Eu vou entrar numa discussão polêmica, porque os Vereadores que tiveram essa iniciativa, cujo nome é – teve até uma certa reação de um jornalista da Zero Hora -, “Armas pela Vida”, mostrando a contradição em si mesma no nome. Mas eu acho que não é só o nome, é o conteúdo da política. O nome é realmente muito mal dado – “Armas pela Vida” -, e o jornalista Paulo Germano explica bem que as armas são pela morte, não pela vida. Mas o problema é o conteúdo da política e aqui não tem só o debate abstrato sobre o tema do armamento, depois de fazer um longo debate sobre o armamento. Uma sociedade como a norte-americana, por exemplo, que protagonizou duas grandes revoluções armadas – uma, para se libertar do jugo imperial inglês, e a segunda, para se libertar da escravidão – tem uma cultura armamentista muito forte como herança dessas duas grandes revoluções. Mesmo assim, há um forte debate nos Estados Unidos sobre a questão do armamento, porque se sabe que lá há verdadeiros massacres em massa em função da utilização irracional das armas letais.

Mas os Estados Unidos têm essa cultura, uma cultura revolucionária, que, infelizmente, o Brasil ainda não tem, mas terá, Srs. Vereadoras e Sras. Vereadoras, porque o Brasil tem que ser construtor de uma nova tradição e de uma nova forma de fazer política, que é uma forma em que o povo, de fato, tenha protagonismo e defenda os seus direitos da forma que for. No Brasil, parece que a luta de massas, um processo mais contundente tem sido a única forma de o povo ser entendido. Quando o povo deixa de ir para as ruas, e os políticos tomam conta do cenário, a política não fica muito satisfatória.

Por que é que tem um problema de fundo nesse debate? Porque há uma tentativa de apresentar uma solução fácil para um problema complexo. Os Vereadores que tomaram essa iniciativa – “Armas pela Vida” – são de partidos políticos que governam o Brasil, que governam o Rio Grande do Sul. A primeira exigência que se deve fazer é que haja uma segurança pública decente, e não esse desmonte que nós temos visto. Fazem centros de triagem de que, em um mês, os presos fogem, torcendo a grade da prisão, porque o centro é tão malfeito que qualquer um consegue escapar dele. Então, quando há um colapso da segurança pública, os Vereadores – nós, a Câmara de Vereadores – devem, em primeiro lugar, exigir que os governos cumpram a Constituição e garantam o mínimo da segurança pública, que é o que nós não temos no Brasil e não temos no Rio Grande do Sul, com o desmonte da Polícia Militar, o desmonte do armamento. A Comandante Nádia, que é da Polícia Militar, tem que usar a sua autoridade para exigir que o Governo do PMDB faça alguma coisa em relação à segurança pública, inclusive em Porto Alegre, que é a nossa Capital e onde nunca teve um número tão baixo de policiais militares quanto agora. E aí vamos achar que fazendo uma frente pelas armas, vamos conseguir amenizar o problema das armas. Não! Nós vamos é aumentar a irracionalidade que já existe na nossa sociedade, uma irracionalidade que se expressa de uma série de formas, entre elas, na derrotada política de drogas. Nós temos hoje uma derrotada política de drogas que está reproduzindo a violência, fazendo com que os presídios, ao invés de serem um lugar que garanta que os presos fiquem cumprindo pena, são as escolas mais aprimoradas do crime. E disso não se fala; acha-se que simplesmente prendendo cada vez mais, nós vamos resolver o problema da segurança. Assim como se acha que simplesmente aumentando o armamento, vai-se resolver... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)... Então, isso é realmente querer dar soluções fáceis para problemas

complexos. Em geral, soluções fáceis, soluções simples para problemas complexos são as chamadas soluções equivocadas. Eu acho que o debate tem que ser feito, este debate e muitos outros, debates como, por exemplo, o nível de roubalheira que tem no País, porque nós vamos, certamente, ter um índice menor de criminalidade se deixarmos partidos políticos, que roubam os cofres públicos, darem isso como exemplo para a sociedade brasileira. Então, os partidos políticos, que estão envolvidos nesse tipo de iniciativa, devem, em primeiro lugar, dar satisfação para a sociedade em relação ao que têm feito sobre segurança pública; em geral, não é nada de bom, e por isso a nossa situação está como está. Os partidos políticos e os políticos que os representam têm... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Peço desculpas, mas vou entrar direto no assunto, porque tenho tanta coisa para falar nessa área. Quando eu escuto o Ver. Roberto Robaina, querido colega, as suas palavras, confesso que vai me faltar tempo aqui. Eu vou começar.

Bandido não compra arma! Não tira porte de arma! Bandido não quer saber de arma de pequeno calibre, sabia? Bandido tem arma, arma poderosa! Não é revólver 38, que o cidadão comum adquire legalmente. Bandido quer arma pesada. E sabe por onde entra? Contrabandeada no País. Ora, senhores, não é nosso assunto? É, sim! Eu, como Vereadora de Porto Alegre, me sinto na responsabilidade de não só participar dessa Frente Parlamentar em Defesa da Vida, como de estar lá no Parcão num evento que reuniu centenas de pessoas, para brigar, para lutar pelo simples direito de defesa, da sua defesa, da defesa da sua família! Como eu gosto muito de falar com dados, para não dizerem que eu acordei e resolvi defender que a gente tem que usar armas, vamos lá. Por que é responsabilidade de todos vocês, de nós, Vereadores? Porque nós estamos em Porto Alegre. Sabem onde está Porto Alegre? Num levantamento, a posição da Capital gaúcha é que ela lidera o *ranking* de homicídios. Pode uma coisa dessas?! Não é minha responsabilidade? Eu não consigo fazer outra coisa senão dizer que o cidadão de bem, cumpridor da lei, que respeita normas, esse é uma presa fácil para bandido miserável!

Temos que devolver a esse bandido o elemento surpresa, e não o contrário. Ele entra na casa do cidadão e o cidadão não tem arma! Ele aponta o revólver no vidro do carro e a presa está ali, fácil.

Ora, senhores, fui lá, sim; encontrei colegas, fiquei feliz de ver colegas preocupados com a segurança dos porto-alegrenses: Ver.^a Comandante Nádia, Ver. Felipe Camozzato, Ver. Valter Nagelstein... Agora, é claro que, por conta do Estatuto do Desarmamento, Referendo 2005, ficou claro que, para alguns, como o Sr. José Rainha, do MST... (Mostra jornal.) Está aqui a matéria: porte ilegal de arma, uma escopeta, ele foi preso em flagrante. Puxem a ficha, vão ver. Para esse tipo de gente não precisa! Qual é a defesa, qual é a segurança que tem um cidadão que vive no campo com a sua família? Nenhuma. Ele não pode portar arma. Ora, então o direito de defesa do cidadão comum, se o Poder Público não oferece segurança mínima ao cidadão de bem ir e vir, é uma falácia, que até me incomoda. Eu fiquei ali sentada ouvindo e tentando me concentrar em tudo o que queria dizer.

Agora, sobre o jornalista Paulo Germano, em relação à crítica do meu colega jornalista, o qual admiro, do jornal Zero Hora, sobre o movimento “Armas pela Vida”, a mesma parte de premissa errada: no caso da população armada, diz que a arma deve ficar em casa, esquecendo que o bandido não deixa essa arma em casa. Ora, é até uma piada, dizer que ele é a favor, mas que a arma fique em casa. Já viu bandido deixar a arma em casa? Portanto, os meliantes sabem que as suas presas estão à mercê dos seus atos ilícitos, na medida em que ninguém anda armado, exceto a bandidagem, que está toda armada. Ora, eu defendo justamente que o cidadão comum, ordeiro, que respeita as leis, que paga impostos, que tenha direito de defender a si próprio e a sua família. Sobre a crítica ao nome dado ao movimento, esse é um tema até irrelevante, frente ao contexto que está sendo proposto nesta mobilização, como vimos ontem. Para concluir, penso que o nobre colega jornalista não entendeu que a vida a que se refere é a das vítimas, que permanecerão salvas, e não à vida dos criminosos, o que pouco me interessa. Eu quero defender o cidadão, as famílias que estão sendo destruídas com a morte dos seus filhos, inclusive recomendo que os senhores e as senhoras pesquisem qual é, hoje em dia, a idade a que essas pessoas conseguem chegar. Os jovens estão morrendo, sendo abatidos que nem gado, de forma precoce, pelo aumento da violência. E não foi o desarmamento da população que diminuiu; muito pelo contrário, se pesquisarmos em

vários lugares do mundo, veremos que isso não trouxe benefício algum - eu recomendo que todos façam isso.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Queria registrar a presença do nosso colega suplente, Gilson Padeiro, do PPS, que assumirá na semana quem vem, quando o Ver. Professor Wambert estará em licença. Seja bem-vindo. Ele que é uma liderança da nossa Zona Sul de Porto Alegre.

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (16h3min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PLL nº 136/14, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLL nº 136/14, com Veto Total.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, nós iniciamos a discussão deste Veto apresentado pelo Poder Executivo na última Sessão, quinta-feira passada, e, até lá, nós já tínhamos consolidado um posicionamento favorável ao projeto apresentado pelo Ver. Marcelo Sgarbossa. É importante recuperar aqui que, quando este projeto foi discutido, ainda na legislatura anterior, houve o entendimento da base do Governo, à época, que seria possível prosperar a matéria, na medida em que os estabelecimentos comerciais da Cidade, ao manifestarem o desejo de implantar bicicletários para sua clientela, para o cidadão de um modo geral, usuário de bicicleta como meio de transporte, poderiam, então, obter autorização do órgão responsável – neste caso, a EPTC. E foi construída, à época, como bem disse o próprio Ver. Sgarbossa, proponente da matéria, uma emenda com a concordância da base do Governo, para que o projeto pudesse então contemplar essa autorização por parte da Prefeitura. Eu acho que em uma cidade como Porto Alegre, que tem vários ativos que foram conquistados em favor da mobilidade sustentável, como a construção do Plano Diretor Cicloviário, que

autoriza a construção de mais de 495 quilômetros para essa finalidade; uma cidade que tem ativos importantes, como todas as ciclovias que foram construídas nas gestões dos prefeitos José Fogaça e José Fortunati; e uma Cidade que efetivamente tem um volume importante de cidadãos e cidadãs que utilizam a bicicleta, não somente para momentos de lazer ou para atividades de recreação pública, mas como meio de locomoção até mesmo para seus postos de trabalho, não pode a Câmara manter um Veto como este. Primeiro, não é um projeto que traz despesa para o Município, ele não fala que o Município deve disponibilizar ou construir os bicicletários; muito pelo contrário, ele consagra um discurso que o novo Governo tem adotado repetidas vezes, que é a formação de parcerias com o setor privado, com os lojistas, com a iniciativa privada de um modo geral, para que a Cidade e o seu mobiliário sejam qualificados. E isso repercute onde? Na qualidade de vida. Que bom que nós pudéssemos ter um Centro da Cidade com cada vez menos carros circulando no seu interior. Que bom que pudéssemos ter outros espaços urbanos ainda não explorados, com outros quilômetros de ciclovias construídas. Lembro aqui a ciclovia da Av. Ipiranga, quando Secretário Adjunto da SMAM, na época em que se deu ordem de início àquela obra, que nasceu de uma contrapartida exercida pela Cia. Zaffari.

Então, faço aqui a discussão desta matéria, Sr. Presidente, para que possamos derrubar o Veto em favor da mobilidade sustentável. Na Semana de Porto Alegre, não é admissível que votemos esta matéria apenas por termos integrantes da base do Governo, independentes ou oposição. Aqui nós estamos estimulando uma parceria com o comércio da Cidade. O Sindilojas se manifestou nesse sentido, na última semana, favorável. Se o Sindilojas, que representa o conjunto dos lojistas da Cidade, manifestou esse entendimento, é porque os lojistas vão aderir. Nós vamos ter um mobiliário cada vez mais qualificado, que tenha como regra a limpeza, a organização da Cidade. Autoriza-se tanta coisa, vemos no Centro, nas Avenidas Azenha e Assis Brasil, tantas vias com um enorme número de comerciantes, com vários *banners*, penduricalhos, poluição visual de toda ordem. Que bom que pudéssemos ver lojistas investindo em bicicletários, para que seus clientes possam, com segurança, deixar ali o seu meio de locomoção, para fazer com que a economia da Cidade também se movimente a partir disso. Como defensor de uma Cidade inclusiva, sustentável e com qualidade de vida, eu discuto pela derrubada do Veto. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 136/14, com Veto Total.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, venho, então, discutir a matéria, obviamente, Ver. Marcelo, como na votação do projeto, e vamos manter a nosso voto pela derrubada do Veto, pela aprovação do projeto. Eu queria dialogar com os Vereadores e Vereadoras que nos acompanham na tarde de hoje, antes da votação do projeto, pela importância da legislação e, ao mesmo tempo, pela questão bastante evidente de que é fundamental desenvolver as políticas de mobilidade. Porto Alegre tem um Plano Diretor Cicloviário que prevê 450 Km de ciclovias e ciclofaixas e menos de 45 Km entregues à população. Muitas pessoas utilizam a bicicleta como meio de transporte do trabalho para casa e da casa para o trabalho, ou mesmo como instrumento de lazer, e todos sabem a dificuldade e o risco que é sobreviver no trânsito da nossa Porto Alegre. Todos sabem que, infelizmente, embora a bicicleta seja um meio de transporte no nosso Código de Trânsito e na legislação municipal, existe muito desrespeito aos ciclistas, com um grande número de atropelamentos e de violências que a população sofre ao utilizar esse meio de transporte mais saudável, não poluente e, ao mesmo tempo, completamente mais barato.

E essa legislação é bastante simples, porque é óbvio, no nosso Plano Diretor e, depois, no nosso projeto de lei, é permitido colocar bicicletários na calçada, desde que ela seja larga o suficiente para colocá-los. Mais que isso, o projeto coloca a possibilidade do comerciante requisitar à EPTC, esta fazer o estudo técnico e substituir uma vaga de carro, na qual caberiam umas dez, doze bicicletas, estimulando a bicicleta como meio de transporte, mas também estimulando a economia local. Vários estudos mostram como a maior circulação de bicicletas é um incremento à economia local, aos comércios, aos serviços. Infelizmente, nós temos uma visão bastante obtusa dos gestores, eu não vejo sentido político neste Veto. Não tem sentido nenhum vetar um projeto com o mérito que tem, Ver. Marcelo Sgarbossa, de uma simplicidade que permite ainda a análise técnica da EPTC, a partir do pedido do comerciante, e, ao mesmo tempo, é um ganho para o conjunto da população, para o conjunto do comércio local, para o conjunto dos que utilizam a bicicleta como meio de transporte e para o conjunto da Cidade. Então, nós

queremos dizer aqui que obviamente vamos manter o nosso voto, vamos votar pela derrubada do Veto. Pelo que tudo indica, pela quantidade de Vereadores que já encaminharam favoravelmente o projeto, espero que esta Câmara derrube o Veto e mostre também, além de preocupação com as políticas públicas de mobilidade urbana da Cidade, a busca por respeito. Se o Legislativo votou, em dezembro, com uma compreensão de que era importante para a cidade de Porto Alegre, não é justificável que todos os projetos, venham de quem venha, sejam vetados com o mesmo argumento de inconstitucionalidade. É óbvio que este projeto é constitucional, é óbvio que faltaram argumentos para vetar um projeto tão meritório.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro a presença da Deputada Any Ortiz, ex-Vereadora desta Casa, seja bem-vinda.

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLL nº 136/14, com Veto Total, por cedência de tempo do Ver. Cassiá Carpes.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ilustre Presidente Cassio Trogildo; colegas Vereadores; vamos deixar muito claro que ninguém pode ser contra a instalação de paraciclos ou bicicletários em Porto Alegre. Entendo até que, de acordo com as circunstâncias, são úteis e trazem benefícios aos usuários de bicicletas e aos comerciantes que os instalarem. Portanto, que fique claro que sou a favor da instalação de paraciclos, porém com algumas ressalvas.

Trouxe aqui algumas imagens de tipos de paraciclos. Neste caso aqui são paraciclos. Este são bicicletários. Aqui temos uma visão geral da quantidade de tipos de mobiliário urbano na nossa Capital. Há uma extrema diversidade desse mobiliário urbano e como tal não podem ser instalados nas calçadas, em logradouros ao livre talante da criatividade de cada comerciante, que, certamente, é bem desenvolvida e que geraria um sem número de tipos diferentes desses elementos. É preciso, então, que sejam padronizados alguns modelos. Não é um modelo. Podem ser três, quatro, cinco modelos, para não virar uma parafernália.

Mas tem o aspecto legal, no meu entendimento. Há o Decreto nº 14.612, de 4 de agosto de 2004, que diz bem claro que mobiliário urbano não poderá ser instalado no leito das

vias públicas. Então, há uma necessidade de alteração deste Decreto para que possa ser levada adiante a implantação de bicicletários no leito das ruas.

Também é verdade que o Vereador por este projeto coloca obrigações à Prefeitura, obrigando-a a regulamentar, inclusive colocando alguns detalhes da regulamentação, ou seja, ele está ultrapassando o seu limite de legislador, colocando obrigações ao Executivo, e, por isso, o Prefeito diz muito claramente no seu veto que é competência do Município e não da Câmara prover tudo o que concerne ao interesse local, promovendo o adequado ordenamento territorial para estabelecer normas de edificação, loteamento, arruamento, zoneamento urbano, para dispor sobre a administração e utilização de seus bens. Também diz claramente que este projeto é uma introdução indevida, uma interferência na mobilidade urbana no Município de Porto Alegre. Mobiliário urbano é regulamentado, é orientado, é definido pelo Poder Público de Porto Alegre, pelo Município e não pela Câmara de Vereadores, virando, então, em vício de iniciativa o presente projeto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para discutir o PLL nº 136/14, com Veto Total.

O SR. RODRIGO MARONI: Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu nem ia me inscrever para falar, até porque a fala do Ver. Idenir Cecchim, na quinta-feira, tinha me contemplado bastante, meu colega e Líder do Bloco. Eu iria, por orientação do Bloco, votar conforme a gente tinha conversado. Mas tem determinados temas, Ver. Cecchim, que efetivamente não têm como não subir aqui para comentar. Eu sei que o Ver. Felipe Camozzato, nosso colega, faz cálculos do nosso tempo de trabalho, Ver. Alex, mas tem coisas que efetivamente chegam a ser ridículas. Eu também não teria problema de discutir coisas ridículas, porque particularmente até eu gosto do ridículo. O ridículo me atrai em muitos aspectos. Eu talvez seja o Vereador que passou na história da Câmara aqui, Ver. Bosco, mais inconstitucional. Agora o menino está apresentando o projeto revogaço, eu sou tão contraditório que vou ser a favor do revogaço, e sei que boa parte do revogaço vai pegar os meus projetos. Eu acho que o ser humano é complexo, e a contradição dele é natural. Mas um projeto desses, tão simples, absurdamente simples, tem Vereador que vai ter

coragem de vir aqui defender o contrário? Eu estava vendo o Ver. Nedel; eu tenho 35 anos, Ver. Alex, e meu avô, por exemplo, tem 87, mas é um cara jovem. A jovialidade no aspecto de concepção de mundo está na cabeça de cada um, não está na idade. Só o que justificaria seria o indivíduo vir aqui defender a volta do bondinho, tamanha mente conservadora e com receio de mudanças. Eu vivi em uma cidade por quase quatro anos – Tramandaí -, onde, basicamente, as pessoas andam de bicicleta. Eu, inclusive, estou gordinho para falar, sou a prova viva disso, meu retorno a Porto Alegre foi péssimo nesse sentido, porque me botou dentro de um carro. A maior parte das vezes, até para ir a fruteira hoje ou comprar cigarro ou comprar qualquer porcaria que seja, para ir a duas quadras, eu pego o carro, porque acaba virando um hábito cultural. E lá em Tramandaí, eu gastava R\$ 50,00, R\$ 30,00 por semana, porque nunca pegava o carro. Só andava de bicicleta. Eu tinha aquelas bem antigas, Barra Forte, inclusive comprei num bicicletário da Cidade. E eu ia para tudo de bicicleta, até para o supermercado. Vinha eu com dez sacolas, de bicicleta. Eu entendo que é uma Cidade grande, mas eu não tenho como vir lá da minha casa até aqui, todos os dias, de bicicleta, apesar de ter colegas aqui, do gabinete do Ver. Marcelo, que vêm de longe. Mas não há como não defender este projeto, não há como não querer tirar este Veto, porque ele é injustificado. Eu sou um defensor de que as pessoas reflitam de forma revolucionária para mudar, para avançar, como, por exemplo, quando eu defendo um projeto, que passou na CCJ, e mandei aqui para o plenário. Aí tinha gente que dizia que o cara quer meter cachorro em tudo que é lugar. Era justamente para isso, para gerar reflexão, para fazer as pessoas pensarem além do básico. O que eu vejo aqui, muitas vezes, é uma defesa conservadora - e essa é a palavra, conservadora -, injustificável, de não permitir mudar. Eu comecei a entender um pouco sobre bicicleta, apesar de não ser da minha pauta, e respeito muito a pauta do meu colega Marcelo, quando eu comecei a fazer ioga. Entendi a importância de se alterar os hábitos, entre eles o da bicicleta, por todos os fatores, não só pelo fator da saúde, mas pelo da questão da poluição. Essa é uma concepção, para quem quer caminhar para um mundo melhor, para um mundo diferente. Não tem como não defender. Então, quero aqui dizer que vou votar pela retirada deste Veto, e espero também que se avance na política das bicicletas aqui em Porto Alegre. Sinceramente, vou estar sempre votando favorável a isso, porque acho que é uma concepção de mundo... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)...

Não passa meramente de um projeto de quem é a favor ou contra colocar bicicletário na Cidade. Aqui é uma questão de demonstração de valor de mundo, de como você enxerga o mundo. São nesses pequenos detalhes que tu demonstras o quanto tu te expande como ser humano ou o quanto tu te diminui. Eu acho que não tem como uma pessoa votar contra um bicicletário, que é da escolha de um indivíduo que vai colocar na frente do seu comércio. Dizer que é um indivíduo maior, vetando um projeto tão bacana, tão saudável, tão bom, tão bonito. E se fala tanto em caminhar para o primeiro mundo, e aí se vê o atraso, assim como na minha pauta, que é a pauta dos animais, que eu espero ter a aprovação dos projetos que acredito importantes.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLL nº 136/14, com Veto Total.

O SR. MAURO ZACHER: Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Presidente Cassio; pretendo não usar meus cinco minutos, pois não há necessidade. No entanto, gostaria de registrar a minha posição, e lembrar aos colegas Vereadores que estavam aqui no último mês de dezembro, quando aprovamos essa legislação que, para mim, Ver. Marcelo, vai ao encontro dessa construção, dessa política em defesa da implementação de ciclovias, de ciclofaixas na cidade de Porto Alegre. Temos ainda um longo caminho, mas estamos avançando, e a inclusão dos bicicletários é algo fundamental para que as pessoas comecem a deixar o carro, comecem a usar esse modal na sua vida, é a possibilidade de ter onde guardar, é a possibilidade de ir da sua casa ao trabalho e ter ali o bicicletário para deixar a sua bicicleta segura. No entanto, o projeto prevê algo que realmente nós não tínhamos nos dado conta, e o Ver. Marcelo, através desta legislação, nos permite refazer esse equívoco que passou aqui por esta Casa, porque há muitos passeios e calçadas em que não há espaço. Há comércios que gostariam de implementar o bicicletário, mas essas calçadas são inferiores, muitas vezes, a dois metros, que é o que permite a legislação. Eu me lembro que eu era o Líder do Governo aqui e trouxe muitas dúvidas: “Nós temos problemas com o comércio na implementação das ciclovias em alguns casos, há resistência dos comerciantes, dos proprietários”. A gente sabe disso. Por isso que nós também aprovamos uma emenda que também foi vetada, obviamente,

que faz com que essa implementação do bicicletário na via seja feita com a autorização da EPTC, o que permite que não seja colocado na via pelas simples preferências do comerciante, do proprietário. Enfim, que seja implementado, porque as bicicletas, realmente, ocupam um espaço considerável, mas que seja viável, possível, seguro, tecnicamente. Para isso teria que ter uma autorização prévia do órgão fiscalizador, licenciador, que é a EPTC. Diante disso, nós conseguimos quebrar alguma resistência, porque as dúvidas, e recordo aqui que o Ver. Nedel era um dos resistentes, porque recebia muitas reclamações de comerciantes que tiveram, diante de seus negócios, ciclovias, perderam vagas de estacionamento, e a gente sabe que ainda vivemos num País, numa Cidade que o uso do automóvel é o grande veículo de locomoção da Cidade. A antiga frase: “*No park, no business*”. Então, eu registro isso, porque o projeto de lei, possibilita que, na frente daquele comércio, a gente venha a implementar, mas que tenha por parte do órgão maior fiscalizador, a EPTC, a possibilidade de que seja feito um estudo técnico, mas que a gente garanta que, em muitas situações, se deixe lá um espacinho para o bicicletário e que permitam que o ciclista, que o trabalhador, enfim, quem usa a bicicleta, tenha onde deixá-la. Nós estamos criando a cultura da bicicleta, e é fundamental que tenhamos bicicletários, para que as pessoas possam guardar com segurança, e que isso não seja feito pela vontade do proprietário, do comerciante, mas que seja feito pela vontade, com o parecer técnico, de que é possível naquela via. Não importa de onde vem o projeto, de onde surgiu a ideia, porque quando a ideia é boa, quando vem para melhorar a nossa vida, vem para qualificar a mobilidade, eu não vejo o menor receio de votarmos a favor, que venhamos votar contra o Veto. Aliás, os argumentos do Veto, acho que são quebrados no momento em que a gente apresenta uma emenda, que a gente constrói politicamente e diz que realmente é possível aprovar esta legislação para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLL nº 136/14, com Veto Total.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, senhoras e senhores; eu acho que o Governo se equivocou ao ter vetado este projeto de lei. Nesse sentido, eu

acho que a Câmara está sendo sensível e vai derrubar o Veto. Eu tenho muita tranquilidade para falar neste assunto, porque eu acho que ele é uma quebra de paradigma, não tenho dúvida disso. Nós vivemos no Brasil, a partir da década de 1950, o paradigma do modelo rodoviário, e aí se destruíram, entre outras coisas o modelo ferroviário e o modelo hidroviário. O que a bicicleta tem a ver com isso? A bicicleta é um modal de transporte. É óbvio que poderia estar disputando, entre aspas, com esses outros modais, e está, em muitos lugares. Eu era, o Ver. Mauro lembrou aqui que era Líder do Governo, eu também fui, em 2009, quando nós aprovamos aqui, Ver. Medina, o Plano Diretor Cicloviário. Quando eu recebi aquela peça, muitos Vereadores diziam: “Olha, isso daí é impraticável, não tem como fazer”. O Ver. Mauro lembra disso, nós fizemos várias discussões, consertamos aqui a base na Câmara e aprovamos o Plano Diretor Cicloviário. É óbvio que eu também compreendo que dentro desse movimento há vertentes ideológicas, e o pessoal que está militando nisso sabe disso. Tem aqueles que desejam a bicicleta, como eu, competindo, de novo, com os outros modais; mas tem aqueles que são inimigos do carro. Eu até respeito, mas é um outro tipo de militância, Ver. Maroni. Tanto que, às vezes, eu estou na Av. Ipiranga, e vejo que, embora não esteja ainda completa, e eu desejo ver ali uma ciclovia. Quando eu estava lá no Urbanismo, eu lutei muito para que o Hipermercado Zaffari concluísse a última parte da ciclovia da Av. Ipiranga, e eles não quiseram, porque eles diziam que tinha que primeiro liberar as licenças que estavam trancadas, e nisso também eles têm razão, a burocracia da Prefeitura é terrível. Às vezes, eu vejo que tem gente que prefere, simplesmente por birra, estar pedalando no meio dos carros a estar na ciclovia. Esses são os ideológicos. Outro dia, eu vi ali no Mercado Público, de novo, uma bicicleta amarrada no portão do Mercado. Foi o problema que houve comigo quando eu era Secretário. Eu cheguei lá, aí tinha um tumulto com o jornal Zero Hora e com os ciclistas, porque tinha amarrado uma bicicleta no portão do Mercado – a segurança do Mercado. Aí eu fui lá, me apressei, e disse: “Olha, não é essa a orientação, eu não estava sabendo, não partiu do comando político da Secretaria e, aliás, é uma falha. O Mercado tem 150 anos e nunca ninguém lembrou de botar um bicicletário no Mercado”. Assumi o compromisso: “Em 30 dias vou botar um bicicletário aqui”. E nós botamos bicicletários, embaixo das escadas, nos quatro quadrantes, botamos aquele modelo que aparece aqui, que foi trazido, na época, por uma empresa chamada CTS, que trouxe um modelo e disse: “Secretário, a gente pensou isso

aqui que nós apelidamos de biciciuia” – é aquele que está lá, em modelo de cuia. Depois, felizmente, começou: colocamos na SMIC, no mercadinho do Bom Fim, e até hoje estão lá os equipamentos. Depois desenvolvemos uma política junto com várias empresas, o Sport Club Internacional colocou lá, então acho que essa é uma luta importante. Acho que, às vezes, a EPTC erra; conheço outras cidades do mundo onde as ciclovias não são tão conflituosas quanto aqui, acho que na Rua Mariante tem problema na ciclovia, aqui na Rua José do Patrocínio tem problema, estão mal concebidas as ciclovias, nesse aspecto, em vários lugares da Cidade; mas acho que em outros lugares a ciclovia está legal, como na Av. Dr. Nilo Peçanha. As pessoas não compreendem que só se poderá usar bicicleta na sua integralidade quando o sistema estiver pronto e fechado, senão o cara está correndo risco. Eu tenho medo de sair com meu filho pequeno de casa, colocá-lo no banquinho da bicicleta e estar disputando com ônibus, com carros, com motos – isso que eu ando de moto todos os dias no trânsito –, eu tenho medo, porque, de fato, Paulinho, o ônibus passa a 60 quilômetros por hora e é aterrorizante para quem está na bicicleta. Então, acho que tem muito por avançar, ainda, e, dentre essas políticas a avançar, acho que tem que ter o direito do comerciante. Não entendi o porquê dessa polêmica, porque, na verdade, o Código de Posturas já estabelece que pode se botar mesas na calçada, assim como pode botar o bicicletário na calçada, desde que se deixe 1,5 metro de trânsito livre para as pessoas. O Adeli foi Secretário da SMIC, sabe disso: faz um croquinho, apresenta o projeto, quando é o caso de um condomínio tem que ter a autorização da assembleia geral do condomínio, e instala.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Não! Até é rápido nesse aspecto, Bosco! Então, eu acho que isso é positivo. Tenho aqui amigos que trabalham com isso, já fui a algumas lojas, e acho que é positivo. Vou votar favoravelmente à derrubada do veto, acho que houve um equívoco do Governo Municipal, e vou dizer aqui de novo: acho que tem muita gente que, independentemente de não ser orgânica de determinado movimento aqui ou acolá – o Maurinho tinha o Lagartixa, que era ligado, o pessoal da família dele, agora o Sgarbossa levanta essa bandeira, que é muito boa –, saibam disso, é favorável e apoia essas questões. Às vezes, uma vez ou outra, podemos discordar de alguma coisa, como foi com

a questão do circuito aqui. O que eu quero é que aquele equipamento que fica aqui no Parque Marinha seja revitalizado para poder pedalar ali, para bicicleta da alta velocidade. Pedalar bicicleta da alta velocidade nas nossas ruas não dá, há quantidade de buracos e a irregularidade do asfalto é muito ruim, ofende diretamente a coluna. Então tem que ter um lugar em que o ciclista possa ir para fazer um ciclismo de alto desempenho.

Contem comigo, também, para cobrar do Município aquela pista ali do Parque Marinha, que está abandonada nesse aspecto e que precisa ser recapeada. Era isso o que eu queria dizer, parabéns e obrigado!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLL nº 136/14, com Veto Total.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu fico observando essas discussões desta tribuna e, cada vez mais, me convenço de que nada pode em Porto Alegre. Nada pode Porto Alegre! Eu não culpo o Prefeito Marchezan por este Veto. Agora, o cara que escreve para ele e veta tem que fazer um cursinho. Tem cada veto aqui... E estão botando na conta do Prefeito. É provável até que chegue lá um funcionário, um assessor jurídico – eu cansei de ver isso com Fortunati, com o Fogaça e com outros Prefeitos –, com 30 projetos, e diga: “Assina aqui, assina aqui”. “Mas o que é isso aí?”. “Isso é um bicicletário”. Todo mundo assina sem ler também, não vão atrás! Então é inacreditável que alguns vetos que vieram para cá tenham sido aceitos como vetos totais. E um é este projeto. Por que Porto Alegre não pode ter bicicletário? Brigavam pela ciclofaixa, agora Porto Alegre está lotada delas, e faltam bicicletas para usá-las! Andam um, dois, três, quatro! Eu caminho todos os dias pela Cidade, esse é o meu exercício.

Quero dizer que eu voto para derrubar o Veto, voto com o seu projeto. Porto Alegre tem que deixar do “nada pode”, “tudo é difícil!” Fiquei ouvindo atentamente o Ver. Nedel. Ele é o Presidente da Frente do Turismo há uns 30 anos! E ele é contra bicicletários que podem trazer o turista! Agora, a Estação do Banco Itaú, pode! Se eu compro uma bicicleta, como aconteceu com o meu amigo que todos conhecem: André Damasceno. Ele estava no parque, foi tomar um café no balcão da padaria, quando olha para trás, tinham levado a

bicicleta dele! Se tivesse um bicicletário, provavelmente, não teriam levado a bicicleta dele e a de tantos outros!

Então, vamos derrubar este Veto, Vereador. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 136/14, com Veto Total.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu fiz inscrição para discutir o projeto vetado, principalmente, pelo mérito. O Ver. Marcelo Sgarbossa é um Vereador que produz muitos projetos e vários deles são extremamente meritórios. Lembro, ano passado, quando discutimos os *parklets*. Um projeto bom, que tinha como objetivo permitir que a população usasse a sua Cidade da melhor forma possível; a questão de humanizar a nossa Cidade, tirá-la da lógica do cimento, do asfalto, do automóvel, do individualismo e aproximar as pessoas umas das outras. Essa é a questão. Nós precisamos mudar a nossa consciência e o tipo de relação que estabelecemos com a nossa Cidade.

Esse projeto vem, justamente, na tentativa de construir um novo conceito de cidade, fazer com que a população se aproprie do que é seu, permitindo, inclusive, que as pessoas, e ressalto também e dou ênfase à construção feita pelo Ver. Mauro Zacher, que no momento era Líder do Governo, para construir uma emenda, dando à EPTC a possibilidade de análise técnica e viabilidade da implementação destes equipamentos. Infelizmente, Vereadores e Vereadoras, nós temos uma lógica muito cruel e é uma prática recorrente neste Parlamento, que é a de argumentar, para qualquer fim, na tentativa de justificar possíveis votações, a questão da inconstitucionalidade. Se é ou não inconstitucional um projeto, isso cabe parecer, mas cabe também a discussão e análise do mérito. Muitas vezes iniciativas não são tomadas pelo ente que tem a responsabilidade para tocar as políticas públicas, e aí a iniciativa vem de outra parte. A iniciativa vem da população, vem da Câmara de Vereadores, que tenta contribuir para dar à nossa Cidade uma nova cara, para a nossa população a possibilidade de se apropriar da Cidade, que é sua. Mas – e aí a minha tristeza –, não vendo isso, algumas pessoas fazem uma defesa com argumentos que não são concretos, não são sólidos, são friáveis. E isso me traz

bastante tristeza, porque nós estamos aqui abrindo a possibilidade para que as pessoas tomem a Cidade, para que as pessoas proponham modificações, proponham novas vivências e a construção de algo que acreditam ser o melhor. Nós precisamos estimular novas formas de apropriação desta Cidade, e a utilização da bicicleta é uma dessas vias. A análise justamente do local que é possível ou não implementar está garantida pela emenda proposta pelo governo passado, que foi vinculada ao projeto e que também foi objeto de veto total.

Portanto, eu peço que os Vereadores se somem a essa corrente de muitas manifestações que esta tribuna recebeu, apoiando essa iniciativa, derrubando o Veto e permitindo que a nossa Porto Alegre seja uma Porto Alegre para pessoas, para pedestres, para ciclistas e não apenas uma Porto Alegre que se preocupa com o número de vagas para automóveis estacionados nas margens das nossas calçadas. Vamos mudar o conceito da Cidade que temos, construindo aquela que nós todos precisamos, uma Cidade com mais saúde e uma Cidade que a população possa controlar, coordenar, propor e gerir. Um grande abraço a todos, parabéns ao Ver. Marcelo e ao Ver. Mauro Zacher, que propôs a emenda. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLL nº 136/14, com Veto Total.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste, o projeto do Ver. Marcelo, com certeza, é meritório, e todos nós temos que buscar condições de melhorar o transporte e a mobilidade urbana da cidade de Porto Alegre. O que me preocupa, e escutei o Ver. João Bosco falando, que estão sendo construídas as faixas, as ciclovias e vemos poucas bicicletas. Realmente, Ver. João Bosco, eu concordo com V. Exa., mas o problema é que nós estamos construindo muitas vezes projetos pontuais para discutir um problema grave de mobilidade urbana. O projeto é correto quando se fala em ter um local para guardar a bicicleta, em ter ciclofaixas, o problema é que as ciclofaixas, hoje, estão sendo construídas de forma que não estão interligadas, não levam a lugar algum ainda. Então, como transporte, acaba sendo difícil, porque não tem uma ciclofaixa que eu pegue no meu bairro e venha até o Centro de Porto

Alegre o tempo inteiro pedalando por uma ciclofaixa. Tem locais que não têm ciclofaixa e aí, Ver. Marcelo, eu tenho que andar na via pública, depois tenho que voltar, então esse é o transtorno e a dificuldade. Nós temos que discutir como fazer isso e ter um planejamento estratégico com conhecimento. Talvez os técnicos da EPTC estejam pensando como vão ter que fazer, mas nós não sabemos exatamente quando vai ter uma via como a Av. Sertório, Av. Assis Brasil, Av. Ipiranga, de ponta a ponta. Na Av. Ipiranga já tem um bom pedaço, mas eu preciso, para ser tratada a ciclofaixa e a bicicleta como meios de transporte, uma via que me ligue de algum lugar ao lugar onde quero chegar. Hoje nós temos muitas ciclovias nos bairros que ficam muito mais para o lazer de algumas pessoas do que sendo utilizadas para o transporte público. Nós sabemos, e Ver. Marcelo sabe muito melhor do que eu a respeito de bicicleta, que há países em que a o custo do transporte da bicicleta faz parte do pagamento do ônibus, a passagem me dá direito a descer, pegar a bicicleta e terminar o percurso sem pagar o custo da bicicleta. Aí nós estamos falando da bicicleta sendo colocada como meio de transporte na mobilidade urbana. Hoje ela não está interligada com o restante do sistema de transporte público. Hoje nós temos que a segunda passagem não é paga, está se discutindo pagar ou não. Por que não ser assim: pegar um ônibus, descer e, em certas paradas de ônibus, ter um local com bicicletas públicas, ligadas à passagem do ônibus? Então, por que não, em vez de pegar o segundo ônibus, faltando um ou dois quilômetros para chegar no meu destino, desço do ônibus, pego uma bicicleta e chego de bicicleta em casa. Aí sim, nós estaremos usando a bicicleta como transporte público. Hoje não, as nossas vias não nos levam a lugar algum. Pego um pedaço de ciclofaixa, saio, arrisco a minha vida na Av. Assis Brasil, na Av. Bento Gonçalves, e não consigo utilizar a bicicleta como transporte público ou como parte da mobilidade urbana. Então, é essa a discussão que nós temos que fazer. O projeto do Ver. Marcelo, com a emenda do Ver. Mauro Zacher, que coloca que a EPTC tem que dar o aval final, eu acho que é correto, porque, senão, nós estaríamos autorizando um local para estacionar a bicicleta onde não estaria de acordo com a EPTC. Seguindo com a emenda do Ver. Mauro Zacher, acredito que é possível sim. Tenho certeza que o Ver. Cláudio Janta já está discutindo e, quem sabe, não libera a sua base. Mas, como independente aqui, nós somos favoráveis à derrubada do Veto, porque não vemos maior problema para o Governo. Era isso, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 136/14, com Veto Total.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; analisando e falando com a Procuradoria do Município, vimos que a emenda do Ver. Mauro Zacher corrige o projeto, já que a Empresa Pública de Transporte e Circulação dará autorização para o estabelecimento que queira botar um bicicletário na frente, ou usar para isso uma vaga de estacionamento na via pública. O projeto terá que ser apresentado à EPTC. Em virtude disso, nós estamos liberando a base do Governo para votar a favor desse projeto. Muito obrigado, Sr. Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 136/14, com Veto Total.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras; nós vamos aprovar uma lei que vai liberar os bicicletários, vai haver espaços para colocar bicicletas. Agora a pergunta que eu faço é a seguinte: e o dia depois? E o amanhã, quando a burocracia da Prefeitura vai colocar tantos impedimentos e tantos impedimentos e tantos impedimentos que o comerciante, o lojista acaba desistindo? Não basta aprovar a lei hoje, e nós vamos aprová-la. A questão toda que eu insisto é que nós temos um conjunto imenso de leis em Porto Alegre que beneficiam o cidadão, no entanto o cidadão não consegue implementar e garantir esse direito. É como a Constituição brasileira, ela é maravilhosa em princípios; os princípios fundamentais estão esculpidos no artigo 5º da Constituição, no entanto, onde foram parar os direitos fundamentais, a dignidade da pessoa humana? Essa é a pergunta, esse é o debate. Porque aqui, muitas vezes, pensa-se: “Não vamos brigar, vamos aprovar”. O pessoal se acalma e amanhã vem o troco. Um troco amargo, pesado, inescrupuloso, porque vai ter uma ordem ou algum burocrata que vai decidir que não, que não pode: “Não, porque aqui tem muita circulação”. E se argumentará que tem mais que 1.80 metro, que tem 2.50 metros, mas, mesmo assim, vão dizer que não pode. Assim é tudo em Porto Alegre.

No início da tarde, o Ver. Felipe Camozzato falou, e foi referendado por mim e por outros Vereadores, sobre a burocracia. Eu pergunto: os Vereadores que têm mandado *e-mails* para a Epahc, vão vê-la decidir: “Não, aqui é um prédio de patrimônio histórico e cultural, e não pode colocar bicicleta na frente; vai macular!” É assim que eles agem. Ou eu estou falando besteira, mentindo, inventando? Não, estou falando a mais pura verdade! O problema é que a gente não enfia o dedo na ferida, não faz sangrar a burocracia da Prefeitura. E há bons funcionários, mas há funcionários que sentam em cima dos projetos e, depois, vêm tirar satisfação quando você critica aqui. São os intocáveis! Tentem tirar um PPCI, aí é do Governo do Estado, é pior ainda. Tentem tirar um habite-se; tentem fazer modificações num prédio para ver o que acontece. Mas eu não desisto, por isso vou votar no projeto, como fiz anteriormente, e derrubar o Veto. Contudo digo para as senhoras e senhores, especialmente para quem está nos assistindo aqui, nos ouvindo na Rádio Web ou nos vendo na televisão: o problema é o amanhã, quando vão barrar e humilhar as pessoas, deixando-as sentadas por 30 minutos, mesmo que você chegue e tenha um burocrata lá na sala do empreendedor. Não fui eu quem disse isso, o Ver. Idenir Cecchim já disse isso hoje aqui, e ele tem toda a razão. É uma afronta! A Endeavor tem uma força impressionante, Cecchim, não é só por ter engambelado a Prefeitura, de ter tomado conta da sala do empreendedor e ter feito aquela burocracia infernal, que os nossos funcionários aqui não fariam. Aí comecei a ver uma disciplina que estou fazendo na Faculdade de Direito sobre empreendedorismo, e segue uma cartilha inteira da Endeavor. Não resisti. Como a matéria é EAD, escrevi para o professor e estou esperando o resultado. Falei: não me venha com Endeavor, eu tenho exemplos como Secretário, e citei o Ver. Cecchim, que, sistematicamente, fala aqui sobre essa questão. E quero fazer esse enfrentamento.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 136/14, com Veto Total.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Como diz o Ver. Bosco, vou falar muito brevemente, porque eu estou muito contente, Ver. Marcelo, que os militantes, os cicloativistas estão começando a mostrar para a Cidade. Fizeram uma alteração muito bonita através do

convencimento, através do diálogo, através da mobilização junto aos empresários. Aqui o Cecchim deu um depoimento do que o mobilizou, então eu só vou acrescentar três elementos.

Hoje foi o primeiro dia que o meu filho, o Ramiro, saiu de bicicleta para estudar, para a faculdade. Estudou, estudou como faria isso. Analisamos as calçadas, as ciclovias, e terá que andar um pedaço em alguma calçada rebaixada, porque é muito difícil na Av. Protásio, por exemplo, aqui na baixada, andar dentro da pista. Claro, andar de bicicleta em parque é uma coisa, um jovem andar de bicicleta nas vias é muito inseguro. Hoje pela manhã, nós o fotografamos saindo. E eu fico pensando nessa juventude que vai a bares... Eles estão cada vez mais incorporando as compras ecológicas, e é tão difícil quando a Cidade não flui, não favorece, não retira barreiras, joga no fluxo. Mesmo quem anda aos sábados sabe o que significa, nos sábado e domingos, andar na pista junto aos carros e ônibus; é inseguro, é assustador, e muitos não saem por causa disso. Então o fato de irmos construindo uma Cidade que pressupõe que a bicicleta precisa andar é muito importante. E não é porque hoje tem cortes e interrupções, Ver. Marcelo, que vamos desistir. Acho que a sua iniciativa é bem o resultado de quem está analisando: vamos retirar mais essa barreira, vamos viabilizar mais essa outra.

Eu quero dizer que nós estamos esperando, há uns três anos, na frente da companhia de arte, ali na Rua Andradas, a Prefeitura colocar – a pedido dos artistas, porque o pessoal que vai assistir teatro ali quer ir de bicicleta – um bicicletário, mas não tem jeito de colocar o bicicletário. Por quê? Porque a calçada é estreita. A EPTC e o Cappellari me prometeram. Fizemos mil intervenções. Com esta lei será possível retirar uma vaga de estacionamento ali para a arte, para a cultura, para os nossos jovens que não têm dinheiro para pagar a entrada no teatro e mais o ônibus. Não tem como, isso não cabe no bolso do trabalhador. Essa combinação é possível com leis como essa. Então quero parabenizar o colega de bancada, os cicloativistas e que esta Casa dê este presente aos porto-alegrenses na Semana de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para discutir o PLL nº 136/14, com Veto Total.

O SR. MENDES RIBEIRO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; a Ver.^a Sofia cumprimentou o Vereador proponente, Marcelo Sgarbossa, os ativistas, mas esqueceu de cumprimentar o Líder do Governo, Ver. Cláudio Janta. Acho, Janta, que a tua decisão foi acertada: a tua flexibilidade neste projeto tão importante para Porto Alegre, vez que estamos aos poucos colocando a cultura da bicicleta na nossa Cidade. E esse projeto vem ao encontro dos comerciantes, os quais temos que defender pela batalha diária de buscar seu sustento, bem como reparar alguns entraves que a ciclofaixa trouxe para alguns estabelecimentos. Um exemplo é a Rua Vasco da Gama, na qual a criação da ciclovia atrapalhou muito o comércio daquela rua. Então, parabéns ao Ver. Cláudio Janta e o Vereador proponente. Esse projeto é, sim, bom e importante para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLL nº 136/14, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 136/14, com Veto Total, como autor.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e todas, enquanto eu falo, vou passar um vídeo de dois minutos.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Este vídeo mostra a legitimidade da ideia. Uma ideia que surgiu da própria sociedade, fruto de um comerciante, o Cezar, da Pizzinha, que pediu, mas, como a lei não permitia, a EPTC acabou negando. Não negando porque queria, tenho informações, dentro da EPTC, que a vontade de técnicos da EPTC era deferir o pedido, mas, como a lei impossibilitava, foi indeferido. Daí surgiu o projeto, protocolamos, e fizemos essa campanha, toda nossa equipe foi até os comerciantes, que dispuseram a tirar fotos, cederam a sua própria imagem, como neste cartaz aqui: “Quero um bicicletário nesta vaga”.

Então, as inúmeras falas que me antecederam já ressaltaram os benefícios da bicicleta. O Ver. Mauro Pinheiro tem em frente a sua casa, na Rua Adda Mascarenhas, 800, 900

metros de ciclovia, onde não passa ninguém. Por quê? Porque foi feito aquele pedacinho lá, onde não passa ninguém, não está interligado com nada, por isso não tem como exigir que as pessoas vão até a zona norte, na Rua Adda Mascarenhas, para andarem 800 metros naquela ciclovia. Enquanto não interligarmos as ciclovias da Cidade, realmente..., mas é preciso fazer essa interligação, cumprindo o Plano Diretor Ciclovitário, que prevê quase 500 quilômetros.

Então, subo a esta tribuna não para ocupar os cinco minutos, mas para agradecer a sensibilidade da base do Governo, o Ver. Matheus, o Ver. Medina, enfim, não citarei todos os nomes dos Vereadores que tinham uma posição e podem ter mudado, reavaliado a sua posição. Continua, efetivamente, com a EPTC a possibilidade de deferir ou não. Aqui já surgiu uma outra ideia do assessor do Felipe: talvez, na regulamentação, esses bicicletários podem ser móveis, o comerciante pode retirar e guardar o bicicletário, enfim, aí o céu é o limite. Mas eu só tenho que registrar, na Semana de Porto Alegre, que ontem mais uma pessoa, uma mulher morreu atropelada em Porto Alegre, portanto nós precisamos, sim, das ciclovias. Nós estamos falando aqui da bicicleta como uma nova Cidade, uma bicicleta que traga uma convivência mais pacífica na Cidade, nesses atores todos que dividem a rua. E quero agradecer por este presente que estamos dando à Cidade na semana de Porto Alegre. Quero agradecer pela compreensão dos Vereadores que ainda não tinham se posicionado e foram formando a sua opinião ao longo dos últimos dias; saibam que terão aqui a possibilidade de termos um novo espaço na Cidade, mais humanizado e mais democratizado. Obrigado a todos e todas.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 136/14, com Veto Total.

O SR. DR. THIAGO: Eu serei breve, Ver. Marcelo Sgarbossa, quero dizer que vou votar pela derrubada do Veto. Quero agradecer os 500 *e-mails* que enviaram para a minha caixa de mensagem, depois o senhor dá a dica, como o Ver. Nedel comentou, o senhor disse como é o sistema. E podem mandar os 500 *e-mails* de agradecimento, é importante esse reconhecimento. Espero, Ver. Janta, como disse o Ver. João Bosco Vaz, que se tenha um mesmo critério, a partir da derrubada deste Veto, para o próximo projeto de

autoria do Ver. João Bosco Vaz, a fim de derrubar o Veto. Eu acho que foi mal interpretado pelo Procurador do Município, espero que os procuradores, por quem tenho tanto carinho, tanta estima, os funcionários do Município tenham uma atenção maior, pois eu acho que foi mais um grande equívoco o veto ao próximo projeto, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que não tem nenhum impacto maior nas finanças do Município, sendo muito justo que se torne lei em Porto Alegre. Portanto já advogo a favor da derrubada também do próximo veto, que, sem dúvida nenhuma, contribuirá muito para que atletas idosos e para-atletas possam fazer a prática desportiva. Parabéns pela mobilização, estamos juntos nessa votação pela derrubada do Veto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal o PLL nº 136/14, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** o projeto por 32 votos **SIM**. Rejeitado o Veto Total.

Em discussão o PLL nº 054/16, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLL nº 054/16, com Veto Total.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, esse é um Veto que não se entende também. Na realidade, nós estamos buscando com esse projeto incentivar e aumentar a prática esportiva para pessoas com deficiência e para idosos a partir de 60 anos. E aí veio o Veto dizendo que esse projeto não tem interesse público. Mas como não tem interesse público? Quer dizer que o incentivo à prática esportiva não tem interesse público? Mais ainda, estava conversando com um e outro Vereador, que estavam dizendo que vão se abster alegando que, quando se dá desconto, alguém vai ter que pagar. Bom, os idosos, de 60 anos para cima, pagam 50% no teatro. O teatro quebrou? Os idosos, 60 anos para cima, vão ao futebol e pagam 50%. Quebrou o futebol? Os idosos vão a um show de música e pagam 50%. Os shows não acontecem mais? Dão prejuízo? Vou dar apenas o exemplo da Maratona de Porto Alegre, que vai acontecer agora, no dia 11 de junho. E só entrar no *site* do Clube dos Corredores de Porto Alegre, e ver ali, estipularam, no máximo, 8.500 inscrições, começa em R\$ 53,00 reais a inscrição e chega a R\$ 105,00. Quanto faturam só em inscrição? Mais de R\$ 500 mil, mais os patrocínios, mais os serviços da Prefeitura sem contrapartida! Então, eu só

pág. 50

estou adaptando aqui o Estatuto do Idoso e incluindo, Ver. Paulo Brum, a pessoa com deficiência. Se pegarmos a Maratona de Porto Alegre, entre esses 8.500 inscritos, meia dúzia são cadeirantes. E aí tem campeonato de natação, o segundo campeonato, o terceiro, corrida... Como as pessoas vão conseguir pagar, quem é aposentado, principalmente?

Aí eu recebo um *e-mail* contra o projeto do ex-Presidente do Leopoldina Juvenil. Olha só! Aí tem um cidadão, que é Presidente de uma Federação, que passa aqui na Câmara mentindo para os Vereadores: “Ah, se aprovarem o projeto, não vai vir nenhum evento esportivo mais de fora do Brasil para Porto Alegre”. Por favor, até na Copa do Mundo os idosos pagaram 50%, até nos Jogos Olímpicos pagaram 50%, a pessoa com deficiência também! Esse é um projeto de inclusão social, para incluir as pessoas que não têm poder aquisitivo, para que elas possam participar de mais de uma competição durante o ano. Eu quero fazer um apelo aos Vereadores e Vereadoras aqui: precisamos de 19 votos, porque, na realidade, esse é um projeto de inclusão, que contempla e vem ao encontro do que diz o Estatuto do Idoso e do que diz também em relação à pessoa com deficiência. As pessoas vão lá, assistem ao espetáculo, pagam 50%, e nada quebrou, nada deixou de acontecer. Com certeza, com a sua aprovação, os campeonatos não deixarão de acontecer, as provas não deixarão de acontecer, Ver. Tarciso, em nenhum segmento esportivo. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLL nº 054/16, com Veto Total.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, desde a semana passada, conversando com o colega Ver. João Bosco Vaz, eu havia manifestado a posição de votar favorável ao projeto, com rejeição ao Veto nesta matéria. É mais um dos temas que, a exemplo daquele que tratamos anteriormente, do projeto de autoria do Ver. Sgarbossa, estão acima das diferenças dos partidos, das preferências políticas, ideológicas ou daqueles que integram ou não a base do Governo.

Nós temos uma agenda, e o meu mandato segue uma orientação daquilo que foi estabelecido pelos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável; uma agenda que se

propõe, até 2030, no mundo inteiro, a combater diversas mazelas sociais, e isso passa, naturalmente, por cidades mais justas, mais inclusivas e sustentáveis. E um dos 17 objetivos para que se alcance o desenvolvimento sustentável naquilo que foi, Ver. Tarciso, discutido, estabelecido pela Organização das Nações Unidas, é a boa saúde e o bem-estar para todas as idades e para todos os cidadãos e cidadãs, sejam eles portadores de deficiência ou não.

A proposta do Ver. Bosco, que foi aprovada por esta Casa na Legislatura anterior, é uma proposta que, sem dúvida nenhuma, não tem razão para ser vetada. Primeiro, porque não traz nenhum prejuízo de ordem financeira para a Prefeitura. Ela até pode ter uma interpretação de que os promotores dos eventos esportivos na Cidade possam ter algum prejuízo com esta medida ou os participantes que não se inserem no benefício também. Mas nós vamos defender aqui quem? Os promotores de eventos? Ou os idosos e os portadores de deficiência, que devem perseguir a sua qualidade de vida e devem ser incentivados à prática esportiva? Com a minha consciência, eu defendo as pessoas que mais precisam, sem dúvida nenhuma, até porque, como eu disse anteriormente, uma cidade mais justa e inclusiva é a que oportuniza às pessoas que já têm dificuldade de se locomover ou às pessoas que já têm idade avançada que continuem praticando esporte e tenham incentivo para isso.

Amanhã teremos um evento na Casa – e eu não vou entrar no mérito da extinção ou não de um órgão público para esta finalidade –, mas mais de 300 pessoas vieram aqui reivindicar a permanência das políticas públicas de recreação, esporte e lazer na Cidade, porque há uma incógnita. Muitas dessas pessoas que estiveram aqui são idosas e também muitas são portadoras de deficiência, e muitas mantêm estas políticas públicas lá nos seus bairros, lá nas suas comunidades, com o próprio bolso. E aí não é uma questão corporativa do servidor da SME, que está querendo dizer que está com os seus direitos atacados, não. Porto Alegre não pode ser vanguarda do atraso na redução de políticas que afirmaram esta Cidade como celeiro de inclusão e inserção social. Isso não é discurso demagógico também, até porque muito dos que realizam eventos esportivos nos espaços ou vias públicas da Cidade, Ver. Bosco, sequer devolvem algo para a coletividade. E dou o exemplo. Se o senhor passar, no sábado ou no domingo na extensão da Rua Edvaldo Pereira Paiva, verá várias banquinhas de grupos de corrida, que é uma prática importante, e muitos desses grupos acabam realizando competições

ocupando o espaço público: não pagam a taxa de limpeza, não devolvem, muitas vezes, contrapartidas quando utilizam algum parque ou uma praça.

Então não estou aqui fazendo um confronto de promotores de eventos esportivos com aqueles que praticam esporte na Cidade, mas só quero deixar uma reflexão importante, e respeito quem pensa diferente, se o Governo estivesse tendo algum prejuízo, eu certamente poderia apoiar esse Veto, se fosse gerada alguma despesa, mas não! Nós só queremos oportunizar às pessoas, e essa é a concepção do projeto do Ver Bosco, que são idosas, portam deficiências e muitas vezes querem ocupar o espaço público, querem praticar o esporte, querem fazer com que a Cidade lhes dê essa condição e não podem. Reduzir as taxas de inscrição é o mínimo que nós podemos fazer – é o mínimo. E por isso eu discuto favorável à rejeição a esse Veto Total. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLL nº 054/16, com Veto Total. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 054/16, com Veto Total.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Em 30 segundos, a pedido do autor do projeto, eu vou encaminhar em nome da nossa bancada. Ver. Bosco, nós somos favoráveis ao projeto, sim, tem que estimular as pessoas com deficiência, os idosos, e eu fiz um parecer nesse sentido pela derrubada do Veto Total. Estamos com o Ver. Bosco e apelamos ao conjunto dos Vereadores para fazerem isso. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 054/16, com Veto Total.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente, Vereadores, Vereadoras, todos que nos assistem. Eu fico triste quando vejo a discussão em cima do esporte, que foi a minha vida desde os dez anos até hoje. O esporte e a educação foram tudo na minha vida. Então, é lamentável quando dizem que o esporte vai dar prejuízo. O esporte?! Nós estamos buscando a introdução do esporte, essa bandeira. Essa bandeira não é

política. Eu, quando entrei no PDT, eu vi toda a política do PDT com o Brizola, por isso entrei no PDT. A minha bandeira é: educação, esporte, cultura, inclusão dos povos. Então, prejuízo?! Prejuízo é isso que está acontecendo agora, Bosco, quando se tem um terreno vago e se faz um condomínio. Eu fiz um projeto aqui para que, em cada condomínio construído, tivesse que ter uma quadra poliesportiva fora do condomínio, por que estão acabando. Aí depois, viemos aqui reclamar da violência, mas cadê a área social da criança, cadê os campinhos para os jogos? Então, Bosco, eu sou favorável ao seu projeto. Isso não é prejuízo, o idoso correr, as pessoas com deficiência pagar a metade. O Governo deveria dar essa taxa de inscrição para essas pessoas menos privilegiadas. Então eu fiquei ali ouvindo o Bosco, o Carús, e fico triste quando se trata o esporte como uma coisa. O esporte é só o profissional? Não, o esporte é também o amador! Esporte é a criança! O esporte é o idoso! Qualquer tipo de esporte, corridas, basquete, vôlei, vamos introduzir isso na nossa Cidade, e eu tenho certeza que, daqui a poucos anos, teremos menos violência, porque, onde não há recreação, os jovens e crianças estão perdidas. Olhando para onde? Qual futuro? Sonhando com o quê?

Nós pedimos aqui escolas de turno integral, pedimos esporte decente dentro dos colégios. Nas áreas em que havia campinhos, as pessoas iam ter seu lazer! Não importa só o futebol, o basquete e o vôlei, tudo isso aí sendo jogado em cada praça, em cada bairro... Hoje andamos de carro e não vemos... Eu estou falando aqui do meu coração mesmo, porque seria um absurdo nós aqui implorarmos pelo esporte! É o contrário, a sociedade implora pelo esporte, e nós aqui viemos e ficamos com uma discussão de que vai dar prejuízo! Prejuízo a quem? O dá prejuízo é a violência! Essa, sim, vai dar prejuízo! Então, vamos construir em todos esses projetos que são pedidos aqui: diminuir a taxa de inscrição, vamos, sim; mais campo nas periferias, vamos, sim; para não termos que construir mais presídios em nossa Cidade. É lamentável. Bosco, estou contigo, maravilhoso o seu projeto para o esporte. Vou votar “sim”, porque isso não é bandeira de um partido, isso é uma bandeira humana. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 054/16, com Veto Total.

O SR. DR. THIAGO: Eu quero, humildemente, chamar a atenção para algumas coisas que estou observando nos processos, Ver. Valter, e queria chamar atenção dos colegas Vereadores, porque são coisas que vamos ter que começar a apontar daqui. Nesse projeto aconteceu uma coisa: primeiro, é o que o Ver. João Bosco Vaz citou aqui, a questão do interesse público. Então, atenção queridos procuradores, não coloquem absurdos nos processos, porque, senão, vamos começar a ter que explicitar aqui quem são. Não coloquem absurdos, isso é uma excrescência, dizer que isso aqui não é de interesse público! A isso eu acho que o Governo tem que ficar atento, porque está acontecendo em outras situações, Ver. Moises, já falei consigo sobre a questão do decreto do Prefeito com relação à instrução normativa que versa sobre o ponto no Município de Porto Alegre. Então, vamos eliminar dificuldades e excrescências. Não pode querer que um servidor da saúde, que trabalha num hospital, em regime de plantão, tenha que ter meia hora antes ou meia hora depois para bater o ponto. Eu estou falando de excrescências, Ver. Janta, eu estou falando de dificuldades que estou vendo em processos legislativos, em processos públicos municipais. O que vai acontecer nesse tipo de situação? As pessoas vão parar as cirurgias para ir bater o ponto, e aí vão ter que ir embora! Então, eu peço cuidado nesse tipo de situação, que isso seja corrigido de forma rápida e ágil, para evitar problemas. E aqui nós vemos um problema aclarado, colocado, que é esse Veto contrário ao interesse público. Isso não é contrário ao interesse público, é óbvio, todos nós sabemos disso!

Então, quero dizer, Ver. Bosco, vamos lhe acompanhar na derrubada do Veto, achamos muito justo isso, e esperamos que essas coisas não aconteçam em outros processos. Com relação à Casa, o que eu quero e observei neste projeto é que em determinada Comissão, que não foi a minha, quatro Vereadores se posicionaram contra a inexistência de óbice. E aí o projeto foi redistribuído para um desses quatro Vereadores, que, depois, no seu parecer, ele colocou pela existência de óbice, num prazo de 7 dias! Não! Nas comissões nós vamos ter que ver essas coisas também. Eu digo claramente aqui, os Vereadores 1, 2, 3 e 4 se posicionaram contrários à manutenção do Veto. E aí, quando foi redistribuído para um desses quatro Vereadores, esse Vereador se posicionou pela manutenção do Veto, mudando seu voto da semana anterior. Pode mudar de opinião? Pode, mas, num intervalo tão pequeno, usando, no seu parecer, os mesmos argumentos que foram usados na semana anterior. Então, eu acho que é importante termos mais

cuidado nessas situações, até para ter mais celeridade. Peço que observem isso. Acho que todos os Vereadores aqui entenderam a alteração: o Vereador se posicionou, numa semana, pela inexistência de óbice – foi sorteado por causa disso, para dar um relatório diferente – e, na semana seguinte, ele muda o seu parecer e coloca os mesmos argumentos da existência de óbice que já existiam no original. Então, vamos ter mais cuidado com isso, porque, a partir disso, começamos a dar mais celeridade aos trabalhos e torna as nossas posições mais claras, o que é muito importante para a sociedade.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal o PLL nº 054/16, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** o Projeto por 24 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**. Rejeitado o Veto Total.

Em discussão o PLL nº 067/14, com Veto Total. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 067/14, com Veto Total.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador-Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós viemos trabalhando na temática deste projeto há anos, é um tema que nos desafia há anos na cidade de Porto Alegre. Enquanto se luta nacionalmente para avançar nos direitos trabalhistas, e conquistamos isso para empregadas domésticas recentemente, nós ainda temos uma forma, uma estratégia de exploração de mão de obra que atinge trabalhadores e trabalhadoras na cidade de Porto Alegre: trata-se de serviço contratado pela própria Prefeitura. O sistema de licitação de serviços terceirizados, infelizmente, beneficia essa lógica. O serviço é licitado pelo menor preço, Ver. Matheus – acho que esse tema é novo para alguns Vereadores –, e as cooperativas de trabalho, cooperativas de serviço se apresentam nas licitações. A lógica cooperativada, em tese, é uma lógica de associação, de cooperativa, e as regras, os benefícios do cooperativado às vezes, incluem, mas às vezes não incluem direitos, repouso anual, repouso semanal, férias, 13º salário. Na maioria das vezes, na cidade de Porto Alegre, as cooperativas que ganharam licitação para serviços colocaram o preço lá embaixo, disputando de forma desigual com empresas que assinam carteira; aí, as trabalhadoras vinculadas às cooperativas têm sido historicamente exploradas. Nós já vivemos isso, uma situação aguda na educação, quando uma cooperativa ganhou o serviço de limpeza e cozinha. Nunca vivemos um

drama como aquele! As funcionárias não tinham sequer dias de descanso remunerado no ano! As funcionárias não tinham vale-transporte, nem vale-alimentação. Esta Casa recebia essas queixas, essa pressão, era um drama na comunidade escolar. Foi aí que nós conseguimos avançar para garantia, através desta Casa, de exigência na licitação, portanto, dissemos lá na lei que, ao habilitar-se ao serviço terceirizado, sendo cooperativa, deverá comprovar ou prever no fundo da cooperativa o pagamento do vale-transporte, do vale-alimentação e, pelo menos, 15 dias de férias. Nós conseguimos, há mais de dez anos, em 1984, avançar um pouquinho, pelo menos as cooperativadas têm direito ao vale-transporte e ao vale-alimentação, no entanto continuam sem poder parar 15 dias, nem isso, às vezes, é cumprido. As funcionárias da SMIC, assim como as funcionárias, inclusive, da Coordenadoria da Mulher... A Secretária, no ano passado, me disse: “Sofia, eu não posso dispensá-las para descanso porque elas não recebem 15 dias”. No final do ano passado, Ver. Oliboni, nós avançamos para a exigência, e, para minha alegria, foram aprovadas por esta Casa novas exigências, igualando ao trabalhador CLT. Portanto, nós colocamos que, para os próximos editais – então não é este contrato agora em vigor, isso é importante, Ver. Mauro –, as cooperativas deverão prever no fundo: repouso anual de 30 dias; retirada anual adicional, portanto, 13º salário, e licença-maternidade. São três exigências que as empresas, hoje, já pagam. Hoje, na SMED, é uma empresa, ela é CLT, todas as mil mulheres que trabalham lá, a maioria é mulheres, têm isso garantido.

Então o Prefeito vetou. Entendo que isso é um tratamento desigual, é uma penalização de trabalhadores, e espero que esta Casa mantenha a sua posição e derrube o Veto Total.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 067/14, com Veto Total.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu venho à tribuna manifestar um pouco da minha experiência profissional. Há nove anos faço parte de uma cooperativa de ensino que organiza e gerencia as atividades em uma das escolas privadas desta Capital. Percebo, portanto, que dentro do mundo cooperativista existe uma ampla gama, uma grande diversidade de modelos de

cooperativas em nossa Cidade, no nosso Estado e no Brasil. Infelizmente, boa parte dessas instituições não tem o mínimo de seriedade. Conversando com o antigo presidente da minha cooperativa, ele disse que ocupava um cargo dentro das instituições que organizam e orientam o trabalho das cooperativas, e ele foi procurado por um indivíduo da cidade de Canoas, que disse que queria criar uma cooperativa dele e queria colocar o nome dele. Exemplo: Cooperativa do Sr. Paulo. Isso é um absurdo! Uma cooperativa para ser instituída precisa de no mínimo 20 integrantes; em assembleia, todos têm a mesma decisão de voto; renovação na gestão. Então, existem alguns pré-requisitos que muitas cooperativas que executam serviços, que trabalham e que abrem postos de trabalho não cumprem. Portanto, é lamentável que, dentro de um trabalho digno, regado, muitas instituições ajam à margem do que determina a legislação.

O projeto da Ver.^a Sofia tenta trazer para a nossa Cidade um pouco de moralização nessas relações de trabalho em cooperativas que não têm seriedade. Em muitas dessas instituições, o indivíduo integrante da cooperativa é um mero número que presta uma relação quase nos moldes do autônomo, sem direitos trabalhistas, sem recolhimento de FGTS, sem direito a férias, e é remunerado pelos dias trabalhados, o que é lamentável, porque isso caracteriza uma precarização nas relações de trabalho, uma subtração de direitos do trabalhador. Em algumas dessas instituições – não estou falando das cooperativas sérias, e existem várias por aí –, existem algumas que são um verdadeiro escândalo, que são dominadas por um pequeno grupo de indivíduos que manobra assembleias, decide à revelia do grande grupo, e assim o faz ano após ano, assembleia após assembleia. Portanto, precisamos moralizar esse tipo de relação de trabalho.

Finalizo a minha fala, Ver.^a Sofia, afirmando, categoricamente, por experiência e conhecimento, pois sou integrante de uma cooperativa, que por aí existem várias, não uma, não duas, mas várias instituições que foram criadas com o único objetivo de subtrair direitos dos trabalhadores. E aí, muitas empresas por aí, que pagam direitinho, que seguem à risca os direitos trabalhistas, têm o seu trabalho e a sua atividade prejudicada por estas outras, muitas cooperativas de fachada, que se impõem para conseguir preços menores às custas do trabalho quase servil daqueles que integram os seus quadros. Então, parabéns à Ver.^a Sofia. É um problema muito grande. Muitos desses trabalhadores não têm direito à folga, não têm direito à pausa semanal que a CLT lhes garante, porque

estando em cooperativa, ou trabalham, ou não recebem. Parabéns, e vamos tentar derrubar esse Veto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 067/14, com Veto Total.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, esse projeto da Ver.^a Sofia Cavedon ingressou na Casa no ano de 2014, de lá para cá, teve em inúmeras oportunidades discussões muito acirradas. Nele consta um parecer do Ver. Márcio Bins Ely que sustenta a existência de óbice de natureza jurídica à tramitação do projeto e que ensejou inclusive a elaboração das razões principais que sustentam o Veto apresentado pelo Executivo Municipal. Disse-me a Ver.^a Sofia Cavedon que era intenção dela, como autora, nivelar as cooperativas de crédito do trabalho com os demais participantes das licitações que o Município realiza na cidade de Porto Alegre. As razões do Veto, Vereadora, dizem o contrário, dizem que V. Exa. estará exigindo das cooperativas de trabalho algo que não é exigido dos outros participantes da licitação, e, como tal, então, ter-se-ia uma situação de, ao contrário do seu objetivo, nós termos exigências de obrigações a mais para as cooperativas de trabalho, diversamente das apresentadas a outros licitantes.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito breve, Ver. Pujol. Na verdade, não procede, apenas talvez na Licença Maternidade. Só tem duas hipóteses de concorrência: ou é cooperativa, serviço, ou é empresa. E empresa assina a carteira e paga todos os direitos. Como nós não previmos 1/3 de férias, então compensa com um mês a mais de licença-maternidade. Nem compensa, é óbvio que a licença-maternidade é bem menos incidência do que 1/3 de férias. Então, na real, equivale equiparar empresas com cooperativas. Aí, vamos disputar o melhor preço. Senão fica muito desigual.

O SR. REGINALDO PUJOL: Agradeço o aparte de V. Exa., e leio, simplesmente, o que V. Exa. propõe. Vossa Excelência propõe uma nova redação, onde estaria colocado

repouso anual remunerado de pelo menos 30 dias, retirada anual adicional e licença-maternidade de 180 dias. Todos nós sabemos que nos editais a lei das licitações é a regra das licitações. A posição sustentada pelo Governo, e do nosso conhecimento, é a de que os editais não trazem essa exigência e que o edital, ao fazer uma exigência específica para as cooperativas de trabalho, estará colocando-as, sim, em desigualdade com os demais licitantes, de forma a prejudicar as cooperativas de trabalho. Não me surpreende que alguns Vereadores tenham desejo de excluir as cooperativas de trabalho dessa licitação, não me surpreende. O que eu não posso concordar é que, a título de se promover a igualdade, se promova uma grande desigualdade, e que essa vá ferir fundamentalmente as cooperativas de trabalho. Aliás, eu não entendo muito, mas nós estamos falando aqui que defendemos o cooperativismo e, quando temos a oportunidade de apoiá-lo, nós, ao contrário, criamos restrições, regras novas que implicam, em vez de apoiá-los, em criar... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)... Sr. Presidente, eu vou concluir dizendo o seguinte: a Casa tem vários dos seus integrantes que já participaram da Administração Municipal e que têm condição de analisar essa minha colocação, até porque conviveram durante um grande tempo com as cooperativas de trabalho e sabem que o que está sendo proposto aqui são exigências especiais. Esse projeto foi, na primeira votação que ocorreu aqui na Casa, aprovado por 12 votos contra 8. Na ocasião, a minha bancada não estava presente, e, se estivéssemos presentes, já na ocasião votaríamos contra, e hoje vamos votar pelo acatamento do Veto Total, do Sr. Prefeito Municipal.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLL nº 067/14, com Veto Total.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; vendo a preocupação da Ver.^a Sofia, eu lhe digo, Vereadora, que ainda estou estudando para tentar tomar a decisão mais acertada possível. Quando começamos a discutir o sistema cooperativado, que acaba sendo muito distorcido, se entende a preocupação de V. Exa. em tentar achar um meio de preservar os cooperados. Na verdade, quando se tem um

sistema cooperativado, ninguém é funcionário, ninguém é empregado da cooperativa, todos são associados. Então o resultado da cooperativa deveria ser dividido entre os cooperados. Muitas vezes – é difícil até de assumir, Ver. Professor Alex –, a cooperativa não funciona exatamente como deveria funcionar. Os cooperados, as pessoas que trabalham pela cooperativa são tratadas como funcionários da cooperativa, mas não têm os direitos de funcionário. Nós temos um sistema cooperativado que é distorcido. Muitas vezes essas cooperativas concorrem com empresas quando se abre uma licitação, para participarem de um certame licitatório dentro do Município ou da própria Câmara de Vereadores, e as cooperativas acabam tendo um custo menor do que as empresas. Com isso, a cooperativa acaba vencendo a empresa, só que, depois, o resultado alcançado não tem um controle, e os recursos não são divididos com todos os cooperados. Acabasse, entre aspas, dizendo que as cooperativas funcionam como uma empresa que tem um dono, quando não deveria ser assim, sem ter um presidente e sem o resultado da cooperativa ser distribuído entre os cooperados. O que acontece é que essas cooperativas acabam vencendo as licitações, ao invés de uma empresa, em que seu custo é maior que de uma cooperativa, já que a empresa tem todo um regramento da CLT a cumprir com seus funcionários.

A Ver.^a Sofia tenta criar um mecanismo que obriga às cooperativas assumirem compromissos como se empresa fossem. Na verdade, tenta corrigir um erro que acontece nas cooperativas. Não sei até onde nós, como Vereadores, podemos construir um mecanismo, quase como a CLT, para as cooperativas. A ideia é essencial, porque dessa forma haverá uma concorrência mais leal entre cooperativas e empresas.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Estou gostando muito da sua análise, porque, na verdade, temos cooperativas de fachada. Se elas fossem transparentes, participativas mesmo, talvez dividindo os lucros, chegassem perto a garantir direitos. Como estamos trabalhando? Colocando critérios na licitação; não estamos fazendo legislação trabalhista em Porto Alegre. Segundo, as cooperativas ainda terão vantagens porque quem assina a carteira paga muitos impostos, e mesmo pagando esses direitos, a cooperativa não vai pagar os impostos trabalhistas; então ela ainda tem vantagens. Então, a gente só aproxima um pouco e protege o trabalhador, colocando critérios na licitação para os próximos contratos.

O SR. MAURO PINHEIRO: É importante que possamos entender. Vamos continuar a discussão no plenário para ver se chegamos a um denominador comum.

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Mauro, o que o pessoal não conseguiu compreender ainda é que a maior proteção que se pode dar a um trabalhador é ter emprego. E, na verdade, o que estamos fazendo hoje é criando tanta dificuldade e criando tantos encargos, que estamos acabando com o emprego, porque estamos quebrando as empresas. Muito obrigado.

O SR. MAURO PINHEIRO: Presidente Cássio, obrigado pelo tempo para conclusão. Concordo com o Ver. Valter, porque acaba se tornando uma ideia de buscar um subterfúgio, mas precarizando o trabalho. Também temos que ter esse cuidado. A discussão vai além da Câmara de Vereadores, teríamos que discutir a legislação trabalhista, que foge ainda mais da nossa alçada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h2min.)